

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 11 | NOVEMBRO 2017 | R\$ 15,00

EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS

REALMENTE UM GRANDE
NEGÓCIO

ROBERTO JAGUARIBE
PRESIDENTE DA APEX-BRASIL

FGV EESP
ESCOLA DE
ECONOMIA DE
SÃO PAULO



ILPF CONHEÇA MELHOR O SISTEMA DE PRODUÇÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA SAIBA A POSIÇÃO DA CNA SOBRE O ASSUNTO

GTPS DEZ ANOS COM A PECUÁRIA SUSTENTÁVEL



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor-chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos

Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]

Arte: Alexandre Monteiro

Revisor: Alexandre Sobreiro

Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho

Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin

Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine a publicação que melhor
acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O VALOR DA EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES

A O CONTRÁRIO de algumas respeitáveis teses, a entrevista do ex-embaixador Roberto Jaguaribe, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), mostra muito bem que as exportações agropecuárias brasileiras deixaram para trás a ideia de simples exportação de *commodities*, sem incorporação de tecnologia. O Brasil avança na pesquisa de importantes assuntos atuais: logística, agricultura de baixo carbono, agricultura de precisão, com todos os reflexos a montante e a jusante da porteira. Logicamente, esse fato não elimina a necessidade de o País avançar no desenvolvimento de indústrias de ponta, área em que realmente está atrasado.

A economia continua mostrando sinais de retomada lenta. A Selic deve terminar o ano em 7%, e o dólar, próximo dos R\$ 3,30.

A inflação brasileira deverá encerrar 2017 abaixo do centro da meta estabelecida, de 4,5%. De fato, as projeções apontam para uma inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na casa dos 3,0%. As perspectivas para a inflação no começo do ano eram próximas a 5,0%. Isso abre espaço para uma flexibilidade da política monetária, com retomada da atividade econômica e crescimento econômico de 3% para 2018. A grande fragilidade no cenário econômico brasileiro atual permanece sendo o lado fiscal. As contas públicas nacionais seguem deterioradas, com pequenas chances de reformas estruturais significativas ainda para 2017.

Enquanto isso, as lideranças da agropecuária discutiram, em seminário realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a necessidade de redução da carga tributária, a simplificação do

atual modelo de cobrança de impostos e a segurança jurídica na legislação. A taxa atual no sistema tributário nacional está muito concentrada no consumo e pouco na renda e na propriedade. Uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em tramitação no Congresso Nacional, criaria o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que englobaria tributos como o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estaduais e municipais. O fundamental é assegurar a não elevação da carga tributária no curto prazo e, na sequência, um melhor ambiente de negócios para propiciar a redução dos custos.

Lançado em 2010, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) projetou a liberação de R\$ 152 bilhões via crédito do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) até 2020. Deste total, R\$ 27,1 bilhões seriam incluídos nos Planos Plurianuais. O restante viria de outras fontes, sendo R\$ 30,6 bilhões do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os gastos do Programa ABC até a safra 2015/16 representam entre 35% e 40% do projetado. Isso sugere que as suas metas não serão atingidas se depender apenas dos recursos públicos.

Na pecuária de corte, houve a comemoração dos dez anos de trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS). Esta iniciativa tem sido muito importante para a articulação entre os atores da cadeia produtiva. Pouco tempo atrás, o conceito de sustentabilidade tinha um viés ambiental acentuado. Pouco, ou quase nada, era enfatizado sobre as questões social e econômica, o

que era apontado como um grande empecilho. O GTPS, com exemplos práticos, provou ser possível associar a atividade pecuária à preservação e ao bom uso dos recursos naturais.

A propósito, cabe lembrar o ano de 1977, quando a **Agroanalysis** publicou o primeiro estudo original sobre o ciclo de preços da pecuária. Isso faz quarenta anos. O tamanho e a composição do rebanho bovino ainda constituem um “buraco negro” informacional. Os indicadores de produtividade – tão comuns nas lavouras – são escassos e de difícil apuração. O desafio do setor passa pela intensificação dos sistemas produtivos para aumentar a produtividade (arobas/hectare/ano) e a rentabilidade do capital empregado. Além da “transformação da pecuária tradicional”, a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) propicia a oportunidade de um “casamento por puro interesse” entre a pecuária e a produção vegetal.

Na agenda do agronegócio, tem-se os preparativos da ANUFOOD Brazil, que acontecerá entre os dias 12 e 14 de março de 2019, no São Paulo Expo. A Koelnmesse Brasil, organizadora do evento, recepcionou a delegação brasileira – com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Apex-Brasil e da FGV Projetos – na visita à Anuga 2017. Esta é a maior feira mundial de alimentos e bebidas, realizada em Colônia, na Alemanha, com a participação de 7.400 empresas, vindas de 107 países. Dos 115 expositores brasileiros lá presentes, pelo menos cinquenta já confirmaram participação na ANUFOOD Brazil.

O especial da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), considerada uma das mais atuantes entidades de classe do agronegócio e o

retrato de uma nova forma de pensar e agir no setor algodoeiro, apresenta a evolução da cultura no Brasil. Hoje, o País é um grande *player* neste negócio; na safra 2016/17, ele foi responsável pela produção de 1,6 milhão de toneladas de pluma. Se as estimativas se confirmarem, na safra 2017/18 haverá 1,8 milhão de toneladas de pluma, 11,3% a mais do que no ciclo anterior. A incidência crescente da mancha de ramulária é motivo de grande preocupação entre os produtores. De acordo com a Embrapa Algodão, a doença é muito crítica e pode provocar uma redução de até 40% na produtividade. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 37 | Nº 11 | NOVEMBRO 2017 | R\$ 15,00

EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS
REALMENTE UM GRANDE NEGÓCIO

ROBERTO JAGUARIBE
PRESIDENTE DA APEX-BRASIL

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ILPF CONHEÇA MELHOR O SISTEMA DE PRODUÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA SAIBA A POSIÇÃO DA CNA SOBRE O ASSUNTO
GTPS DEZ ANOS COM A PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

04	EDITORIAL	31	CONTEÚDO ESPECIAL
07	ABRE ASPAS	31	ABRAPA FARDO VALIOSO
07	CAPA ENTREVISTA ROBERTO JAGUARIBE A SUSTENTABILIDADE AJUDA A IMAGEM DO BRASIL	37	CAPA PECUÁRIA EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NOS DEZ ANOS DO GTPS
11	FRASES & COMENTÁRIOS	45	CAPA CNA REFORMA TRIBUTÁRIA
12	MACROECONOMIA SINAIS POSITIVOS	51	AGROCERES MULTIMIX LUCRO LATENTE DO PERÍODO DAS ÁGUAS
14	AGRODROPS	52	FAESP OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NO UNIVERSO RURAL
18	MERCADO & NEGÓCIOS	53	ANDEF ANDEF FOMENTA CONHECIMENTO SOBRE AVALIAÇÃO DO RISCO
18	CANA-DE-AÇÚCAR A SAFRA 2017/18	54	COLUNAS
20	ANUFOOD BRAZIL 2019 DELEGAÇÃO BRASILEIRA EM VISITA À ANUGA, NA ALEMANHA	54	DIÁRIO DE BORDO PRÊMIO SESCOOP
23	PECUÁRIA DE CORTE CICLO DE PREÇOS CELEBRA QUARENTA ANOS	55	PRODUZIR PROJETO GEF MATOPIBA: “PARCERIA PARA O BOM CRESCIMENTO”
26	GESTÃO	56	OPINIÃO BIOLÓGICOS NA AGRICULTURA: A VIDA COMANDANDO
26	PLANO ABC CUSTO ECONÔMICO E USO DA TERRA	57	REFLEXÃO A PONTE AO AMANHÃ
29	SUSTENTABILIDADE	58	ESTATÍSTICA
29	CAPA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PRODUTOR RURAL COMO PROTAGONISTA		

A SUSTENTABILIDADE AJUDA A IMAGEM DO BRASIL

ROBERTO JAGUARIBE

PRESIDENTE DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL)

DA REDAÇÃO

Atualmente na presidência da Apex-Brasil, Roberto Jaguaribe exerceu o cargo de embaixador do Brasil na China, na Mongólia, no Reino Unido e na República da Irlanda. De olho na geopolítica mundial, entre outros afazeres, acompanha com atenção o Programa de Acesso a Mercados (PAM-AGRO), no desafio de construir uma imagem para o Brasil.

AGROANALYSIS: PODEMOS SELECIONAR QUESTÕES IMPORTANTES NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL PARA O BRASIL?

ROBERTO JAGUARIBE: Nos últimos duzentos anos, o mundo contou com alguns motores de crescimento. Nos primeiros períodos, a Europa significava a força motriz para o crescimento global. Em seguida, foi a vez de os Estados Unidos assumirem esta posição privilegiada. Agora, a mola propulsora do crescimento global é o continente asiático, em particular a China. Apesar de não ser a maior economia do mundo, o país possui participação entre 25% e 30% nesse crescimento, com atuação de destaque ao longo dos últimos dezessete anos. Nesse mesmo período, os Estados



Unidos tiveram participação de 11%. Os chineses são fundamentais para a compreensão de qualquer evolução futura não só econômica, mas no contexto global como um todo.

O segundo tema interessante para o Brasil em especial é a questão da imagem. Precisamos saber como somos vistos pelo mundo e, então, desenvolver uma

estratégia para fortalecer a nossa credibilidade, de modo a ocupar papel internacional, a partir de posições nas quais dispomos de vantagens competitivas. Para isso, podemos usar exemplos significativos, como a garantia da segurança alimentar global, a produção de energia limpa e renovável e a contribuição para o enfrentamento do risco climático.

A TÔNICA MAIS FORTE ESTÁ NA SUSTENTABILIDADE?

RJ: Claramente sim. O comprometimento com a sustentabilidade terá uma participação central na melhoria da imagem do Brasil, em especial nos mercados europeus. Uma vez que for conquistado maior espaço ali, outros países serão mais flexíveis na aceitação dos produtos brasileiros. Ainda somos relativamente pequenos no comércio exterior, ocupando a 25ª posição do *ranking* mundial. O mercado internacional oferece muitas oportunidades para os nossos produtos. Devemos, no entanto, estar previamente atentos para algumas lições que precisamos fazer na direção de consolidar uma posição de liderança no fornecimento de produtos e/ou soluções sustentáveis para os consumidores de outros países.

Para começar, é imprescindível trilhar um caminho de excelência na produção. Na sequência, devem ser trabalhados diferenciais que auxiliem na queda de braço por espaço, o que envolve empresas altamente competitivas em nível internacional. Precisamos de parceiros fortes para o fomento da cultura exportadora. O esforço deve estar concentrado na direção do objetivo de integrar iniciativas que visem ao aumento das vendas das empresas nacionais.

ISSO EXIGE UMA GRANDE MOBILIZAÇÃO?

RJ: Mais que mobilização, esse trabalho exige continuidade. Na Apex-Brasil, temos o Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), desenvolvido para preparar as empresas para o comércio internacional, por meio de diagnóstico e

acompanhamento na implantação de melhorias e oficinas de capacitação em exportação. O programa possui, atualmente, 33 núcleos espalhados pelo Brasil, que contam com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional), entre outros atores, na qualificação das empresas.

Busca-se, essencialmente, a capacitação das empresas com potencial exportador para o aumento da sua competitividade. Em encontros dirigidos, são transferidos conhecimento sobre as ferramentas disponíveis e o escopo de trabalho de cada um dos parceiros nessa jornada. Como o esforço de exportação começa na produção, precisamos fomentar a cultura exportadora e ajudar as empresas a adequarem os seus produtos para o mercado externo.

COMO ABORDAR PROBLEMAS CRÔNICOS E PREVISÍVEIS PARA SEREM REMOVIDOS, COMO A QUESTÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA?

RJ: É uma contradição o fato de o agronegócio ser o setor produtivo brasileiro mais competitivo

“ O AGRO REPRESENTA O EMBLEMA DE MAIOR SUCESSO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS. ”

e enfrentar tantos entraves, sendo o mais afetado pela deficiência de logística no País. Essa questão deriva de um embate tradicional da sociedade brasileira entre o benefício público e o privado. Em tempos recentes, houve retração nas concessões efetivamente atraentes para o setor privado. Agora, as medidas adotadas devem tornar o processo muito mais compatível nas concessões de portos, rodovias, ferrovias, aeroportos e energia elétrica. Como consequência, teremos uma melhora nas questões ligadas à infraestrutura.

COMO O MUNDO VÊ-SE NOS DIAS ATUAIS?

RJ: Estamos numa fase de alterações radicais nas formas de comunicação, especialmente na publicidade. As mídias sociais, com características particulares, criam nichos de informação e realidades distintas. Fica uma disputa complexa, que não sabemos como tratar. O Brasil precisa de um programa muito mais eficaz para projetar a sua imagem no exterior, em especial no setor agroindustrial. O agro representa o emblema de maior sucesso do Brasil nos últimos cinquenta anos.

Precisamos mostrar que essa transformação não é apenas produtiva, mas também social. No futuro previsível, esse processo continuará com dinamismo e capacidade de penetração nos mercados externos. Como não geramos uma narrativa convincente, há uma contaminação, proposital ou não, por percepções de natureza equivocada e demagógica. Um bom exemplo é o sucesso da expansão produtiva brasileira ser equivocadamente atribuído ao excesso de desmatamento da cobertura vegetal nativa.

ESTARÍAMOS COMETENDO ERROS NAS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS?

RJ: Apesar de os acordos comerciais, de fato, serem importantes por uma multiplicidade de fatores, é ilusório pensarmos que tenhamos sido afetados pela ausência deles. Afinal, a China, maior comerciante do mundo, construiu essa capacidade de

“
O BRASIL PRECISA
DE UM PROGRAMA
MUITO MAIS EFICAZ
PARA PROJETAR
A SUA IMAGEM
NO EXTERIOR, EM
ESPECIAL NO SETOR
AGROINDUSTRIAL.
”

comércio sem ter nenhum acordo comercial com países para os quais enviava as suas exportações. O mundo fez acordos muito amplos e abertos para o comércio de bens, mas não no agronegócio, que é o mercado mais controlado do mundo.

ATINGIMOS A CONSCIÊNCIA POLÍTICA SOBRE A NOSSA VOCAÇÃO NO AGRONEGÓCIO?

RJ: Reafirmamos a nossa profunda convicção de que o Brasil possui os instrumentos e as condições para se transformar em grande líder global no agronegócio, não apenas em função da capacidade de expansão produtiva, mas da sustentabilidade básica da produção. Possuímos quase 200 milhões de hectares de pastos subutilizados, com grande potencial para a produção agrícola.

Ficamos encabulados com a avaliação equivocada de que as *commodities* agrícolas não são bons negócios. O sucesso do Brasil nessa empreitada deve-se à quantidade elevada de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Durante muito tempo, o processo de tropicalização do Cerrado

foi considerado completamente inútil. Nos climas temperados, não se pode ter duas a três safras como nós temos.

CHEGOU A HORA DO PROGRAMA DE ACESSO A MERCADOS, O CHAMADO PAM-AGRO?

RJ: É um plano cujo conteúdo está em construção, com o envolvimento de diversos atores do agronegócio, incluindo a Apex-Brasil, o Itamaraty e diversos Ministérios e entidades representativas do setor e da iniciativa privada. Como o Brasil é um grande fornecedor de *commodities* agrícolas, trata-se de um esforço para trabalhar positivamente a imagem do agronegócio brasileiro no exterior. A meta é ampliar a nossa exportação de produtos com mais valor agregado. Temos muita informação para ser prestada e esclarecida para

a comunidade internacional sobre os aspectos sociais, econômicos e ambientais do agronegócio brasileiro. ■

“

FICAMOS ENCABULADOS COM A AVALIAÇÃO EQUIVOCADA DE QUE AS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NÃO SÃO BONS NEGÓCIOS.

”



FRASES & COMENTÁRIOS

“Geração de valor na cadeia produtiva, avanço da competitividade do Brasil, crescimento exponencial da produção agrícola, geração de emprego e renda e aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da região são alguns dos ganhos que a implementação da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96) trouxe para o setor agropecuário.”

FABRÍCIO ROSA, diretor executivo da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Piauí (Aprosoja PI)

“Os Estados Unidos aumentaram o uso das energias renováveis. O Brasil, de várias formas, trabalha com biocombustíveis. São exemplos para nos orgulharmos e, também, continuarmos.”

BARACK OBAMA, ex-presidente dos Estados Unidos

“Trabalhamos para estabelecer uma cultura do seguro rural no País para dar segurança ao produtor e evitar gastos dos recursos públicos com renegociação de dívidas em consequência de instabilidades climáticas.”

BRUNO LUCCHI, superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, sobre o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)

“O mundo não conhece as qualidades e as condições de produção no Brasil. Muito se fala de desmatamento no Brasil, de condições de trabalho, mas, na verdade, a agricultura brasileira teve um salto de sustentabilidade muito grande nos últimos anos.”

ODILSON LUIZ RIBEIRO E SILVA, secretário da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/MAPA), sobre o plano “O Melhor do Agro Brasileiro”, desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)



Nosso plano estratégico para 2020-2025 fortalecerá a participação dos comitês nacionais, com o objetivo de proteger melhor a saúde humana, e a promoção de práticas justas no comércio de alimentos.”

GUILHERME COSTA, presidente do Codex Alimentarius e servidor do MAPA

“A agricultura já passou por diversas revoluções tecnológicas. O diferencial nessa transformação digital é a sua capacidade de convergir várias áreas, como a instrumentação, as ferramentas de edição genômica, as técnicas de melhoramento genético e a bioinformática, por exemplo.”

EDSON BOLFE, pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (SIM/Embrapa)

“O RenovaBio ajudará o Brasil a cumprir as suas metas de redução de gases do efeito estufa, permitirá uma melhoria da poluição atmosférica nas grandes cidades e implicará significativos investimentos, com geração de mais empregos e renda no campo e nas cidades.”

EDUARDO LEÃO DE SOUSA, diretor executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

“Mesmo com as primeiras floradas, os prognósticos para a safra 2018/19 são prematuros. O desempenho dependerá mesmo do volume de chuvas. A influência da bionalidade no café é menos acentuada hoje do que era no passado, diante do incremento ocorrido nos tratos culturais.”

SILAS BRASILEIRO, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

SINAIS POSITIVOS

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

AO QUE tudo indica, a inflação brasileira deverá encerrar 2017 abaixo do centro da meta estabelecida, de 4,5%. De fato, as projeções apontam para uma inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrando o ano na casa dos 3,0%.

Considerando as perspectivas para a inflação no começo do ano, esse resultado representa, claramente, uma surpresa. As projeções de mercado para o IPCA divulgadas em janeiro de 2017 apontavam para uma inflação próxima a 5,0% neste ano. Ao longo dos últimos meses, em face de resultados abaixo do esperado em termos de inflação, as projeções foram revistas para baixo.

Esse fenômeno poderia estar associado a uma maior debilidade da atividade econômica do que o esperado no início do ano, o que, de fato, não se mostrou uma realidade. A mediana das projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em janeiro de 2017, situava-se em torno de 0,5%. Atualmente, a mediana das projeções, segundo o relatório Focus do Banco Central (BACEN), situa-se em torno de 0,7%.

Ao que tudo indica, o que ocorreu foi uma subestimação do efeito desinflacionário da fraca atividade econômica de 2017. Este fenômeno, aparentemente, pode estar associado ao fato de que a inflação demorou muito a ceder, mesmo com o ambiente recessivo presente. De fato, o País encontra-se em recessão desde 2014, e a inflação acumulada em doze meses só começou a registrar quedas sistemáticas a partir de agosto/setembro de 2016. Esse fenômeno pode ter induzido os agentes a trabalharem com algum grau de rigidez no

comportamento da inflação que não se confirmou ao longo deste ano.

O comportamento benigno da inflação ao longo de 2017 tem aberto espaço para uma flexibilização da política monetária maior do que a prevista inicialmente. De fato, a previsão de fechamento da meta da taxa básica de juros – Selic – para este ano era de 10,25% ao ano no início de janeiro. As surpresas positivas no campo da inflação fizeram com que essas projeções fossem revistas para um fechamento de 7,00% ao ano no final de 2017. Como a meta da Selic encontra-se em 8,25% ao ano atualmente, isso significa que o mercado enxerga espaço para reduções de juros da ordem de 1,25% nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

A flexibilização da política monetária abre espaço para uma retomada da atividade econômica relativamente mais robusta em 2018. Até o momento, as projeções apontam para um crescimento do PIB da ordem de 2,5% no ano que vem. No entanto, não deve ser inteiramente descartada a possibilidade de um crescimento próximo a 3,0% no ano que vem. Tudo vai depender, essencialmente, da retomada do consumo das famílias e dos investimentos produtivos. Ambas as variáveis começaram a sinalizar positivamente nos últimos trimestres.

O cenário positivo para a economia brasileira é amparado, também, por um ambiente externo favorável. A retomada do crescimento econômico global em um contexto de juros internacionais baixos contribui favoravelmente para a economia brasileira. Nesse sentido, as contas externas não têm representado um problema para o Brasil ao longo dos últimos anos. Como reflexo disso, pode ser observado que,

mesmo com uma grave crise política em curso, a taxa de câmbio permanece relativamente estável.

A grande fragilidade no cenário econômico brasileiro atual permanece sendo o lado fiscal. As contas públicas brasileiras seguem deterioradas, e as chances de reformas estruturais significativas em 2017, que permitam uma correção de curso no médio e no longo prazos, são mínimas. Nesse sentido, a crise política envolvendo o governo minou a possibilidade de mudanças concretas que permitam uma melhora das contas públicas. Mesmo a reforma da previdência, ainda que aprovada, será significativamente menos ambiciosa do que

a proposta inicial, indicando que o desajuste no sistema previdenciário deverá permanecer.

O comportamento do mercado financeiro, ao que tudo indica, está descolado dessa realidade e dos riscos fiscais do País. Aparentemente, o mercado aposta na manutenção de uma política econômica responsável em 2018 (o que, provavelmente, será uma verdade), mas parece desconsiderar os riscos eleitorais do ano que vem e o potencial de desvio de curso. Pelo visto, o bom humor dos mercados parece apostar em um cenário virtuoso nos próximos anos. ■

SHUTTERSTOCK



CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

CRESCER A EXPORTAÇÃO DE FRUTAS BRASILEIRAS

Pelas estatísticas da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS), aumentaram a receita e a quantidade das vendas externas neste ano. No primeiro semestre, os números ficaram superiores aos de 2016, sendo que os embarques tradicionalmente aumentam no transcorrer do segundo semestre. Manga e melão representam em torno de 45% do valor total exportado.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE FRUTAS FRESCAS E SECAS

ANO	Receita (US\$ milhões)	Quantidade (mil toneladas)
2010	611	761
2011	613	681
2012	619	693
2013	657	719
2014	636	673
2015	735	819
2016	702	789

Fonte: SECEX

IRRIGAÇÃO NO BRASIL

De acordo com a pesquisa Atlas Irrigação, realizada pela Agência Nacional de Águas (ANA), a área irrigada no Brasil representa 20% da área potencial existente. Pelos levantamentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), os líderes mundiais são a China e a Índia (70,0 milhões de hectares – Mha – cada). A seguir, vêm os Estados Unidos (26,7 Mha), o Paquistão (20,0 Mha) e o Irã (8,7 Mha). O Brasil aparece no grupo de países com área entre 4 e 7 Mha, junto com a Tailândia, o México, a Indonésia, a Turquia, Bangladesh, o Vietnã, o Uzbequistão, a Itália e a Espanha.

BRASIL: ÁREA COM IRRIGAÇÃO

REGIÃO	Área (milhões de hectares)
Sudeste	2,71
Sul	1,70
Centro-Oeste	1,18
Nordeste	1,17
Norte	0,19
TOTAL	6,95

Fonte: ANA

UE LIBERA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

Desde 1968, a União Europeia (UE) aplica um conjunto de cotas, tarifas e subsídios para proteger a produção doméstica de açúcar. Como este regime deixou de existir em outubro último, os produtores europeus ficaram livres para produzir e venderem no mercado mundial. As 109 companhias açucareiras europeias deixam de se limitar anualmente às regras de uma produção de 13,5 milhões de toneladas e exportação de 1,374 milhão. Com isso, a área cultivada de beterraba-branca cresceu 17% no bloco de 2016 para 2017. Analistas preveem mudanças no comércio global do produto. O preço médio da tonelada de açúcar branco é de US\$ 590 na UE, enquanto é de US\$ 361 em Londres.



SHUTTERSTOCK

RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO 100

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) renovou o chamado Convênio 100, de 4 de novembro de 1997. Com isso, fica mantida a redução de 60% na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas saídas interestaduais dos principais insumos utilizados na agropecuária. A decisão é válida para até 30 de abril de 2018. O prazo de vencimento estava previsto para 31 de outubro. Essa negociação sempre provoca estresse às empresas fornecedoras e às entidades do setor produtivo, pois exige pleno consenso na votação do CONFAZ. Diante da crise financeira enfrentada pelos estados, o endurecimento de qualquer renúncia fiscal fica muito mais intenso.

SETENTA ANOS DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL

Neste século, a frota nacional de aeronaves agrícolas mais do que dobrou, sendo a segunda do mundo, atrás apenas da dos Estados Unidos, com 10 mil unidades. O setor comemora setenta anos de existência no País em 2017. Além do manejo das lavouras, os avanços tecnológicos possibilitaram outros usos bem-sucedidos das aeronaves, como o combate a incêndios em matas e florestas. A atividade é regida por uma legislação extensa e fiscalizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), entre outros.

BRASIL: AERONAVES AGRÍCOLAS

ANO	Nacionais	Importadas	Total
2000	729	231	960
2002	781	248	1.029
2004	863	1.029	1.892
2006	864	1.211	2.075
2008	948	1.216	2.164
2010	1.021	1.447	2.468
2012	1.133	1.560	2.693
2014	1.220	1.811	3.031
2016	1.249	2.007	3.256

Fonte: SINDAG; Araujo E.C.

CRÉDITO RURAL PARA AS COOPERATIVAS

O governo federal revisou a participação do sistema cooperativista no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2017/18 em dois pontos importantes. No primeiro, além das operações de custeio, permitiu a realização nas de comercialização e de industrialização, com os chamados recursos obrigatórios, o correspondente a 34% dos depósitos à vista dos bancos. No segundo, o teto de financiamento também foi ampliado, de R\$ 600 milhões para R\$ 800 milhões.

BIOTECNOLOGIA NA CHINA

A China anuncia investimentos de 10 bilhões de iuanes (cerca de US\$ 1,4 bilhão) em biotecnologia até 2020. De acordo com informações do seu Ministério da Ciência e Tecnologia, o país planeja construir até vinte “zonas profissionais de biotecnologia e medicina”. De 2011 a 2015, os chineses ocuparam o segundo lugar mundial em número de artigos publicados e patentes de biotecnologia. Em 2015, foram publicados mais de 80 mil artigos sobre ciência da vida e patenteadas mais de 20 mil aplicações de biotecnologia. O objetivo, agora, é aumentar o uso de *big data* e de recursos biológicos, bem como desenvolver novas soluções com direito de propriedade intelectual independente.

TARIFA E COTA NA IMPORTAÇÃO DE ETANOL

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou a criação da cota de importação de 600 milhões de litros de etanol ao ano livres de tarifa. A importação acima deste volume passará a ser tarifada em 20%. A medida terá duração de 24 meses e, após esse prazo, será novamente avaliada pelo órgão. Segundo o MAPA, a importação com alíquota zero prejudicava principalmente os produtores do Norte e do Nordeste, para onde se destinava a maior parte do produto vindo dos Estados Unidos. Neste ano, o Brasil já importou mais do que o recorde registrado em 2011, de 1,15 bilhão de litros.

SAFRA	Cana (milhões de toneladas moídas)	Açúcar (milhões de toneladas)	Etanol (bilhões de litros)
2010/11	63.357	4.604	1.982
2011/12	65.507	4.079	1.824
2012/13	55.929	4.150	1.846
2013/14	56.712	3.461	1.958
2014/15	59.380	3.562	2.138
2015/16	48.815	2.608	1.993
2016/17	44.703	3.473	1.664
2017/18*	49.500	3.300	1.800

* Sondagem da Agroanalysis
Fonte: Conab

LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA O SEGURO RURAL

O MAPA anunciou a liberação de R\$ 197,4 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) deste ano. Os recursos beneficiarão os grãos de verão (soja, milho, algodão, arroz e feijão, entre outros), frutas e os segmentos de café, olerícolas, pecuária e floresta.

Em agosto, o Ministério liberou R\$ 180 milhões para atender as culturas de inverno (milho e trigo), cultivadas no primeiro semestre, além de parcela inicial de grãos de verão e frutas. A expectativa é de totalizar, até o fim deste mês, cerca de 5 milhões de hectares amparados e em torno de 70 mil apólices de seguro com subvenção.

BRASIL SUSPENDE IMPORTAÇÃO DE LEITE

Reclamações constantes dos produtores de leite e da indústria de laticínios do Brasil levaram o MAPA a suspender as licenças das importações de leite em pó do Uruguai. Neste ano, o volume importado no primeiro semestre foi de 41,8 mil toneladas, contra 54,7 mil no mesmo período de 2016. A medida vale por tempo indeterminado. A entrada dessa produção deprime os preços e afeta a renda dos produtores nacionais. O governo uruguaio deverá provar a origem dessa mercadoria exportada para o mercado brasileiro. Existe a desconfiança de uma triangulação desse processo, com o fornecimento de outros países. A imposição de cota é uma saída, a exemplo do que ocorre com a Argentina.

AUMENTAM OS CULTIVOS DE TRANSGÊNICOS

As superfícies cultivadas com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) voltaram a aumentar em 2016, com o *ranking* encabeçado pelos Estados Unidos e pelo Brasil, após o retrocesso verificado em 2015, com 179,7 milhões de hectares cultivados, após dezenove anos de crescimento anual consecutivo. Apontou-se que essa queda se deveu aos baixos preços dos produtos alimentares no mundo.

Na Europa, as superfícies aumentaram 17% em relação a 2015, com um total de 136.363 hectares (ha), tendo na primeira posição a Espanha (129.081 ha), seguida de Portugal (7.069 ha), Eslováquia (138 ha) e República Tcheca (75 ha).

MUNDO: ÁREA DE OGMs
(MILHÕES DE HECTARES)

PAÍS	Área
Estados Unidos	72,9
Brasil	49,1
Argentina	23,8
Canadá	11,6
Índia	10,8
Outros	16,9
TOTAL	185,1

Fonte: ISAAA

BENEFÍCIOS DO PROTOCOLO AMBIENTAL

O Protocolo Agroambiental comemora uma década neste ano. Com isso, foi evitada, no período, a emissão de mais de 9,27 milhões de toneladas de CO₂ eq. e de 56 milhões de toneladas de poluentes atmosféricos como monóxido de carbono, material particulado e hidrocarbonetos, originados pelo processo de queima. Atualmente, 131 usinas e 25 associações de fornecedores são signatárias do Protocolo, sendo 94,3% de suas colheitas de cana-de-açúcar realizados sem o emprego do fogo. Isso aumentou a potência da bioeletricidade de 1,8 MW para 5,2 MW. Já a redução do consumo de água utilizada para o processamento industrial de cana-de-açúcar por tonelada de cana foi de 1,52 m³ para 0,91 m³, o correspondente a uma queda de 40%. Os resultados foram apresentados pelo secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, Arnaldo Jardim, pelo ex-secretário do Meio Ambiente do mesmo estado, Ricardo Salles, e pela presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Elizabeth Farina.

MEDIDAS PARA MERCADOS ABERTOS NO SETOR DE CARNES

Desde a operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal em 17 de março último quanto aos casos de corrupção de fiscais e funcionários de frigoríficos, enorme pressão por parte dos países importadores de carne recaiu sobre o MAPA. As negociações passam pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical). Foi definido um pacote de novidades, incluindo concurso público e contratações emergenciais de 600 médicos veterinários e remoções internas de sessenta fiscais.

Um mapeamento de frigoríficos exportadores de carne de frango com mais problemas sanitários e autoembargos para as plantas com riscos sanitários maiores está sendo feito. Há, ainda, uma Medida Provisória para a criação de um fundo abastecido por taxas de fiscalização e serviços de defesa agropecuária – com potencial de arrecadar R\$ 1 bilhão por ano. Outra medida é a equiparação da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) a agência reguladora, nos moldes da Receita Federal, com autonomias financeira e de gestão.

CANA-DE-AÇÚCAR

A SAFRA 2017/18

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

A SAFRA de cana de 2017/18 caminha para o seu encerramento, e, mais uma vez, a oferta de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) deve ficar limitada a cerca de 87 milhões de toneladas em todo o País. O volume de cana disponível para moagem ficou prejudicado na segunda metade da safra por um longo período de estiagem, que, em algumas microrregiões, como o sul de Goiás, chegou a mais de 140 dias. A queda no rendimento agrícola foi compensada parcialmente pelo aumento no teor de açúcares contidos na cana, e, de uma forma geral, a oferta de ATR praticamente repetiu a *performance* do ano anterior.

Esse resultado advém de condições de clima relativamente favoráveis desde meados de 2016, associadas a uma recuperação dos tratos culturais aplicados à cana cultivada para a safra 2017/18. Estes tratos culturais resultaram numa menor infestação de broca, que, até meados de outubro, aponta um nível acumulado de 2,56%, contra 3,70% na mesma data do ano passado. Na região Centro-Sul, devem ser moídos, até 31 de março de 2018, quando se encerra a safra, cerca de 601 milhões de toneladas, o que seria suficiente para gerar uma produção de 36,8 milhões de toneladas de açúcar e 25,49 bilhões de litros de etanol, incluídos neste volume 480 milhões de litros de etanol de milho.

Na região Norte-Nordeste, é estimada a moagem de 43,9 milhões de toneladas de cana, com a produção de 3,02 milhões de toneladas de açúcar e 1,52 bilhão de litros de etanol.

O *mix* de produção para açúcar deve ser de 47,5% na região Centro-Sul e de 54,7% na região Norte-Nordeste, resultando em 48,0% para o País como um todo. Este *mix* é 1,2% mais açucareiro do que

aquele observado na safra anterior e reflete a execução de exportações contratadas no ano passado a preços bem mais elevados do que os observados no mercado atual.

O excedente exportável de açúcar é estimado em 29,3 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 1,0 milhão de toneladas sobre a exportação observada na safra anterior. Para 2017, chama a atenção o fato de que, embora o Produto Interno Bruto (PIB) deva crescer 0,7%, o consumo de combustíveis do ciclo Otto – gasolina mais etanol –, avaliado em gasolina equivalente, deverá crescer 2,4%.

O tempo seco observado entre junho e meados de outubro deste ano, além de favorecer incêndios acidentais e criminosos, tem, até agora, retardado o desenvolvimento fisiológico dos canaviais, que poderia ser compensado com um verão chuvoso, e a possibilidade de se estender um pouco mais o período de entressafra. Ocorre que as previsões de clima global apontam uma probabilidade entre 55% e 65% de observarmos uma anomalia La Niña a partir de dezembro, o que pode significar um volume de chuvas menor do que a normal climatológica na região Centro-Sul, exatamente o que se precisa evitar para que a soqueira recupere o atraso até agora observado.

A renovação dos canaviais também ficou comprometida pelo clima neste ano, o que impediu um avanço mais consistente nas atividades de plantio, devido à falta de umidade no solo. Todos esses elementos contribuem para uma perspectiva cuidadosa para a safra 2018/19, ao mesmo tempo em que o consumo de combustíveis apresenta uma tendência de crescimento, caso o PIB volte a crescer num patamar de 2,5% ao ano em 2018.

Com preços de açúcar no mercado internacional bem menores do que aqueles observados um ano atrás, o interesse dos produtores brasileiros em antecipar a contratação de exportações para o ano que vem e fazer *hedge* é bem menor, o que já indica a possibilidade de uma safra mais alcooleira em 2018/19.

Por esses motivos, a avaliação mais provável, neste momento, é de um volume de cana igual ou menor do que o da safra atual e com *mix* mais alcooleiro, havendo uma redução do volume a ser produzido de açúcar.

Com uma flexibilidade industrial bastante relevante, que atinge cerca de 5,5% em nível setorial, é esperado que a formação de preço no mercado internacional continue influenciada pelo preço de oportunidade do produtor brasileiro, que é dado pelo preço do etanol no mercado interno brasileiro. No final de outubro, o preço do etanol em termos equivalentes continua mais remunerador do que o do açúcar, nos mercados interno e externo. Portanto, o preço do etanol tende a puxar o preço do açúcar na sua direção, que atualmente se encontra no patamar de US\$ 0,152 a US\$

0,154 por libra-peso na condição FOB Santos, para uma unidade produtora hipotética localizada em Ribeirão Preto-SP.

Caso o preço do petróleo e da gasolina no mercado internacional continue firme, e a Petrobras mantenha a política atual de transmitir essa realidade de preços nas refinarias, é de se esperar que o preço do etanol mantenha a sua condição de condutor e formador de preço do mercado de açúcar.

Se o PIB crescer de 2,5% a 3,0% em 2018, é possível que o consumo de combustível do ciclo Otto cresça a um percentual acima destes percentuais. A importação de gasolina – que, no primeiro semestre de 2017, cresceu 77,1% em relação ao mesmo período do ano passado e atingiu 3,05 bilhões de litros – deve crescer ainda mais em 2018.

Nesse contexto é que se dá a importância de serem criadas condições regulatórias que induzam investimentos privados não só para a expansão da produção de etanol, mas também para a expansão da capacidade de refino de petróleo, para que o País não aumente ainda mais a sua dependência de importações. ■



ANUFOOD BRAZIL 2019

DELEGAÇÃO BRASILEIRA EM VISITA À ANUGA, NA ALEMANHA

CASSIANO FACCHINETTI

Diretor da Koelnmesse Brasil

A ORGANIZAÇÃO de um evento da dimensão da ANUFOOD Brazil – feira exclusiva para o setor de alimentos e bebidas – requer uma série de iniciativas estratégicas, como a busca de parcerias ideais, a troca de experiências com quem já se tornou *expert* no assunto, a adesão de entidades referenciais e, evidentemente, o empenho dos seus organizadores para que tudo seja viabilizado.

Como parte dos preparativos da ANUFOOD Brazil, que vai acontecer entre os dias 12 e 14 de março de 2019, no São Paulo Expo, a **Koelnmesse Brasil**, organizadora do evento, coordenou a delegação brasileira para uma visita à Anuga 2017, a maior feira mundial de alimentos e bebidas, realizada em Cólônia, na Alemanha, e que se encerrou no último dia 9 de outubro. Participaram da feira alemã cerca de 7.400 empresas, vindas de 107 países.

Com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – chefiado pelo ministro Blairo Maggi –, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) – presidida pelo ex-embaixador Roberto Jaguaribe – e da FGV Projetos – tendo à frente o diretor Cesar Campos e o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues –, a delegação brasileira estabeleceu vários contatos com expositores internacionais e obteve, ainda, o “sinal verde” de pelo menos cinquenta expositores brasileiros, dentre os 115 presentes na feira alemã, de que também participarão aqui no Brasil da ANUFOOD; eles já mostraram interesse e reservaram espaço para apresentarem os seus produtos e serviços.

A ANUFOOD Brazil foi criada para dar condições plenas à apresentação do que há de melhor no setor de alimentos e bebidas, preparando, desde já, o seu espaço para se tornar a maior feira do setor no

País. Por conta disso, terá um ambiente que proporcionará a possibilidade de ampliar e fortalecer os negócios no mercado local e oferecer ganho de visibilidade e de *networking* comercial e profissional aos expositores, além de ser uma plataforma de exportação capaz de aprimorar o posicionamento dos produtos brasileiros no mercado internacional.

A excelente recepção que a delegação brasileira teve dos organizadores evidenciou a importância que o nosso País possui, não apenas por ser um dos maiores exportadores de alimentos do mundo e um dos maiores mercados de bebidas, mas também pela potencialidade presente na agricultura nacional, além do domínio de tecnologias de produção que alçam o Brasil como protagonista na segurança alimentar do Planeta.

A Koelnmesse Global, líder internacional na implementação de feiras de serviços e produtos relacionados ao processamento de alimentos e bebidas, que também está à frente da Anuga, colocou o seu *staff* a serviço dos brasileiros e tem dado todo o suporte para a realização da ANUFOOD Brazil.

O modelo brasileiro com a marca ‘ANUFOOD’, aliás, será replicado em vários países onde a Koelnmesse atua, incluindo China e Tailândia.

Vale ressaltar, também, que nove associações brasileiras ligadas ao setor de alimentos e bebidas já confirmaram parceria com a ANUFOOD Brazil: a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI), a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas

(ABIR), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) e a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB).

Por tudo isso, acreditamos que a visita à Anuga teve pleno êxito, servindo para estreitarmos os laços

que unem a organização da ANUFOOD Brazil e importantes *players* internacionais no setor de alimentos e bebidas. A participação e o interesse das instituições públicas brasileiras também nos dão a certeza de que o caminho trilhado começa a dar resultados, contribuindo, acima de tudo, para o desenvolvimento pleno e sustentável do agronegócio nacional. ■



Da esquerda para a direita, Roberto Rodrigues – ex-ministro da Agricultura e coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) –, Roberto Jaguaribe – presidente da Apex-Brasil –, Blairo Maggi – ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – e Antonio Jorge Camardelli – presidente da ABIEC

Fazer

Crédito
Seguros
Investimentos
Cartões
Consórcios

Juntos

Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.



PECUÁRIA DE CORTE

CICLO DE PREÇOS CELEBRA QUARENTA ANOS

IVAN WEDEKIN

Diretor da Wedekin Consultores - ivan@wedekin.com.br

O PRIMEIRO estudo original sobre o ciclo de preços da pecuária completou quarenta anos. Foi publicado na **Agroanalysis** em maio de 1977 e escrito por Paulo Rabello de Castro, então coordenador do Grupo de Informação Agrícola (GIA), da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ). O GIA foi patrocinado pelo Banco Central (BACEN) para criar uma “indústria de informação e análises” sobre os mercados e a economia agrícolas no Brasil. Com a publicação do livro inédito “Economia da Pecuária de Corte – Fundamentos e o ciclo de preços”, prestamos nossa homenagem ao trabalho pioneiro da **Agroanalysis**.

O Brasil reúne condições para ter a maior pecuária de corte do mundo. A posição do País no *ranking* mundial de carne bovina é destacada: segundo maior produtor, quarto mercado consumidor, primeiro exportador (em quantidade, ao lado da Índia) e 19º importador (dados de 2016 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA).

Quatro décadas depois, as estatísticas da pecuária continuam precárias. O tamanho e a composição do rebanho ainda constituem um “buraco negro” informacional. Os indicadores de produtividade

SHUTTERSTOCK



– tão comuns nas lavouras – são escassos e de difícil apuração.

A falta de estatísticas tempestivas sobre a oferta (rebanho, abate, peso das carcaças) e a demanda (vendas no varejo) transforma, frequentemente, a viagem da pecuária em um “voo no escuro”. A escuridão também ocorre na “microeconomia da firma”, na falta de controle do pecuarista tradicional sobre o negócio (custos, despesas, retorno sobre o capital).

ENTENDER A ECONOMIA DA PECUÁRIA É CRUCIAL

A economia da pecuária é complexa e desafiadora: o curto, o médio e o longo prazos se inter-relacionam, existindo fatores internos e externos, com influências direta e indireta sobre os preços e efeitos imediatos ou defasados e permanentes ou temporários sobre o mercado.

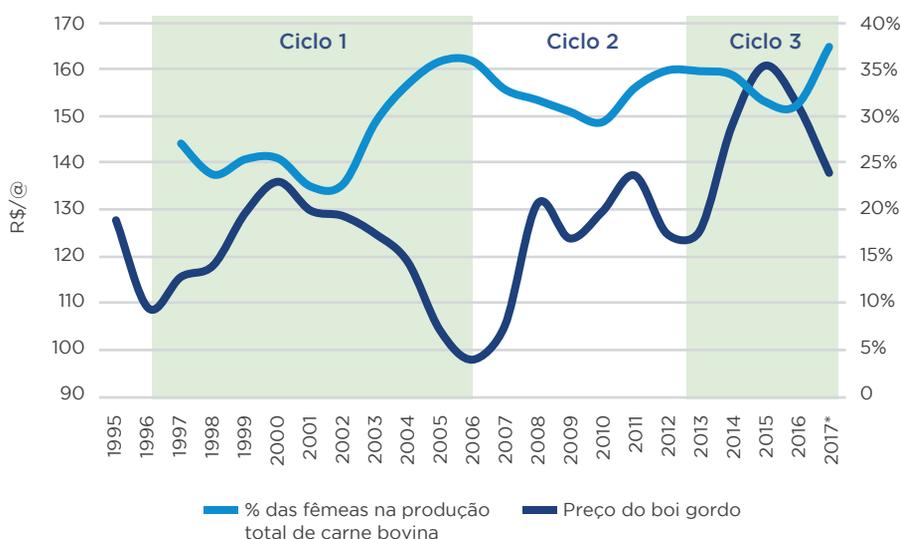
A volatilidade (VOL) mede a variação dos preços de uma mercadoria. Quanto maior a VOL, maior é o risco de preço. Por isso, os agentes econômicos contratam seguro (*hedge*) por meio de contratos

futuros e opções para se protegerem do risco de preço. O mercado de boi gordo ficou menos instável nos últimos anos: a VOL média foi baixa, em torno de 10% ao ano no período 2010-2017. A VOL do bezerro é de 17%, enquanto a da soja e do milho está em torno de 23%. Conclui-se que há uma maior volatilidade e um maior risco de preços no mercado de reposição de bovinos e nas operações dos confinadores (variações nos preços relativos dos animais e nos custos da ração).

A evolução dos preços depende da fase em que se encontra o ciclo da pecuária. A decisão do pecuarista é tomada na fronteira solitária entre a realidade (o mercado hoje) e as expectativas (sobre os preços no futuro), que estão no cerne dos movimentos dos preços do produto final (o boi gordo) e das categorias mais jovens (como o bezerro).

A dupla aptidão das fêmeas é elemento central no ciclo da pecuária. Por um lado, quando vai para o abate, a vaca transforma-se em bem de consumo, a carne. Por outro lado, é um bem de capital quando destinada à produção de bezerras. A variação da quantidade de carne produzida a partir do abate de fêmeas (vacas e novilhas) é o grande vetor da alta ou da baixa dos preços dos bovinos.

SÃO PAULO: CICLO DO BOI NO PERÍODO DEPOIS DO PLANO REAL



* Dados referentes ao primeiro semestre de 2017
 Fonte: IEA; IBGE
 Elaboração: Wedekin Consultores

TOLERÂNCIA NA PECUÁRIA

PRODUTIVIDADE (ARROBA/HECTARE/ANO)



Fonte: Rally da Pecuária/AGROCONSULT 2016
Elaboração: Wedekin Consultores

Produtores, analistas e a mídia clamaram que os impactos dos fatos extraordinários de 2017 – a operação Carne Fraca, da Polícia Federal, em 17 de março último, e a delação da JBS, em 16 de maio, entre outros – equivaleriam ao “fim do mundo” na pecuária. O fato é que, desde o segundo semestre de 2015, os preços do boi entraram numa fase de baixa no ciclo de preços. Assim, o diário de bordo da pecuária deve sempre ser analisado no contexto estrutural do mercado.

A lição maior de 2017 é que o Brasil precisa fazer a coisa certa, ter controles rigorosos, qualidade de produto e estabilidade na oferta, por décadas à frente.

ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL, TOLERÂNCIA E COMPETITIVIDADE

A carne bovina vem perdendo espaço no mercado de carnes. A produção brasileira cresceu apenas 0,2% ao ano no período 2010-2016. Tal fato está relacionado à organização industrial. A menor competitividade decorre do fato de que a pecuária

é muito tolerante à convivência de sistemas produtivos com elevados desníveis de produtividade.

A tolerância mantém os preços do boi gordo mais altos do que deveriam ser para enfrentar com maior poder de fogo a concorrência das carnes de aves e suínos.

O desafio da pecuária passa pela intensificação dos sistemas produtivos para aumentar a produtividade (arrobas/hectare/ano) e a rentabilidade do capital empregado. O problema (a baixa produtividade média) é, simultaneamente, a solução. O Brasil é um dos poucos países do mundo com elevado potencial de reduzir os desníveis de produtividade ilustrados na figura desta página.

Além da “transformação da pecuária tradicional”, a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) propicia a oportunidade de um “casamento por puro interesse” entre a pecuária e a produção vegetal.

Na pecuária, o futuro já começou. ■

PLANO ABC

CUSTO ECONÔMICO
E USO DA TERRA

CÍCERO ZANETTI DE LIMA

Pós-doutorando na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) e pesquisador visitante da Agroicone

ANGELO COSTA GURGEL

Professor da FGV-EESP e coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio (MPA Agro), na mesma instituição

LANÇADO EM 2010, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) projetou disponibilizar R\$ 152 bilhões para o Programa ABC* via crédito do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) até 2020. Deste total, R\$ 27,1 bilhões seriam incluídos nos Planos Plurianuais; já o restante viria de outras fontes, sendo que R\$ 30,6 bilhões seriam via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Plano ABC tem como objetivo reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) na agropecuária em até 163 milhões de t CO₂ eq. por meio de práticas e tecnologias capazes de aumentar a eficiência da produção e o uso dos recursos naturais, como: recuperação de 15 milhões de hectares (Mha) de pastagens degradadas; ampliação em 4 Mha da adoção de sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); expansão da adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 8 Mha; expansão da adoção de Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 5,5 Mha, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados; expansão do plantio de florestas em 3,0 Mha; e ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de metros cúbicos de dejetos animais.

Os resultados do último estudo do Observatório ABC apontam que os custos econômicos para a recuperação de 15 Mha de pastagens e a expansão dos sistemas de iLPF em 4 Mha são menores do que o previsto pelo governo federal.

O modelo utilizado no estudo considerou dois cenários para a realização das metas do Plano até 2020:

- Áreas Prioritárias (AP): recuperação de 15 Mha de pastagens nas áreas com maior nível de degradação;
- Livre Alocação (LA): os recursos são disponibilizados para que os agropecuaristas recuperem 15 Mha de pastagens de acordo com as oportunidades econômicas e as vantagens relativas de produção e conhecimento de cada região.

Em ambos os cenários, foi aplicada a expansão de iLPF em 4 Mha.

Seriam necessários entre R\$ 26,7 bilhões e R\$ 31,3 bilhões para a recuperação de pastagens e entre R\$ 7,7 bilhões e R\$ 7,8 bilhões para a expansão de iLPF (ver tabela). Os maiores gastos ocorreriam no cenário AP, pois as áreas a serem recuperadas não são necessariamente aquelas com maior potencial de retorno econômico. Esse resultado confirma um estudo recente do Observatório ABC que discute os maiores riscos e dificuldades de retorno econômico de aplicação das técnicas do Plano ABC nas áreas consideradas prioritárias quando estas são determinadas apenas com base nos critérios de produtividade das pastagens.

É possível atingir as metas do Plano ABC com desembolsos menores do que o previsto

no documento oficial. Até o final do ano-safra 2015/16, os desembolsos haviam alcançado quase R\$ 13,8 bilhões, incluindo todas as linhas do Programa ABC. Este valor representa 16% do montante previsto somente para recuperação de pastagens e iLPF. Os gastos totais do Programa ABC observados até o final da safra 2015/16 representam entre 35% e 40% do projetado pelo modelo, que simula apenas as duas tecnologias. Essa constatação sugere que as metas do Plano ABC não serão atingidas se depender apenas dos recursos públicos do Programa ABC.

O custo por hectare da recuperação de pastagens no cenário AP é ligeiramente maior (R\$ 2.086/ha), enquanto, no cenário LA, o valor é de R\$ 1.779/ha. A diferença decorre de uma maior alocação de desembolsos com recuperação de pastagens nas regiões em que o custo de recuperação é menor no cenário LA.

Do ponto de vista do bem-estar macroeconômico, a implementação do Plano ABC no cenário AP levaria a uma perda agregada de R\$ 724 milhões no total do consumo dos brasileiros. Já no cenário LA, geraria um aumento de R\$ 8 bilhões. Considerando a população do ano-base do estudo (2009), o cenário AP indica uma perda de R\$ 3,71 de consumo por habitante, enquanto o cenário LA levaria a ganhos de R\$ 41,19.

Já com relação ao uso da terra, a implementação de recuperação de pastagens e iLPF permite

um aumento de eficiência no uso da terra, pois gera maior quantidade de produto por área. Em nível nacional, a combinação das duas ações permitiria uma redução de 2 mil ha a 1,4 Mha de áreas de culturas vegetais. A área de pastagens de boa qualidade aumentaria entre 9,6 e 10,9 Mha, o que significa que cerca de 4 a 5 Mha de pastagens poderiam ser retirados da produção pecuária. Esse “efeito poupa-terra” permitiria um aumento de, no mínimo, 4,8 Mha nas áreas de florestas e vegetação secundária não florestal, seja em área pública ou privada. A área de florestas plantadas e manejadas poderia crescer entre 410 mil e 550 mil ha.

Os sistemas integrados expandiriam predominantemente na forma de integração Lavoura-Pecuária (iLP), sendo que a integração com soja ocuparia entre 3,2 e 3,4 Mha, enquanto a com milho ocuparia entre 269 mil e 461 mil ha. Já os sistemas de iLPF ocupariam cerca de 360 mil ha.

Outros resultados do estudo, como a mudança no uso da terra nas diferentes regiões do Brasil e os resultados ambientais de mitigação de GEE, podem ser acessados no site do Observatório ABC (<http://www.observatorioabc.com.br>).

Os resultados encontrados contribuem com uma primeira projeção dos impactos econômicos e ambientais do Plano e do Programa ABC, bem como dos benefícios da agricultura de baixa emissão de carbono, seja na intensificação da produção, com

PROJETANDO CUSTOS E MUDANÇAS NO USO DA TERRA

O modelo desenvolvido para o estudo aqui descrito adota uma divisão regional do Brasil baseada na combinação de aspectos geográficos que são determinantes para a produção agropecuária e o uso da terra. Como exemplo, pode-se citar a consideração da fronteira entre os biomas Amazônia e Cerrado no estado do Mato Grosso e da região “Nordeste Cerrado”, que inclui Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA) e que é considerada a nova fronteira agrícola brasileira. As metas do Plano ABC são implementadas por meio da transferência de subsídios aos agropecuaristas para a adoção das práticas previstas nele. A adoção destas práticas leva a mudanças na produtividade e na quantidade produzida de produtos da pecuária e de culturas agrícolas e florestais, alterando a oferta destes produtos e, conseqüentemente, o uso da terra. Todas essas mudanças geram um novo equilíbrio econômico entre oferta e demanda para todos os setores da economia. No novo equilíbrio, mensuram-se as mudanças em quantidade, uso da terra, custos de adoção das práticas do Plano ABC e variáveis macroeconômicas, como o consumo agregado das famílias e o Produto Interno Bruto (PIB).

redução da pressão sobre os recursos naturais, seja nos desdobramentos econômicos positivos para a sociedade e no baixo custo agregado dessas políticas. As tecnologias do Plano ABC devem ser fomentadas e expandidas na agropecuária brasileira, com vistas a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio brasileiro e a segurança alimentar.

É preciso rever o Programa ABC no sentido de: estimular a adoção do crédito para tecnologias de baixa emissão de carbono, considerando que as metas traçadas para o Plano ABC não serão atingidas via crédito do Programa ABC se considerado o ritmo atual de adoção; expandir o financiamento

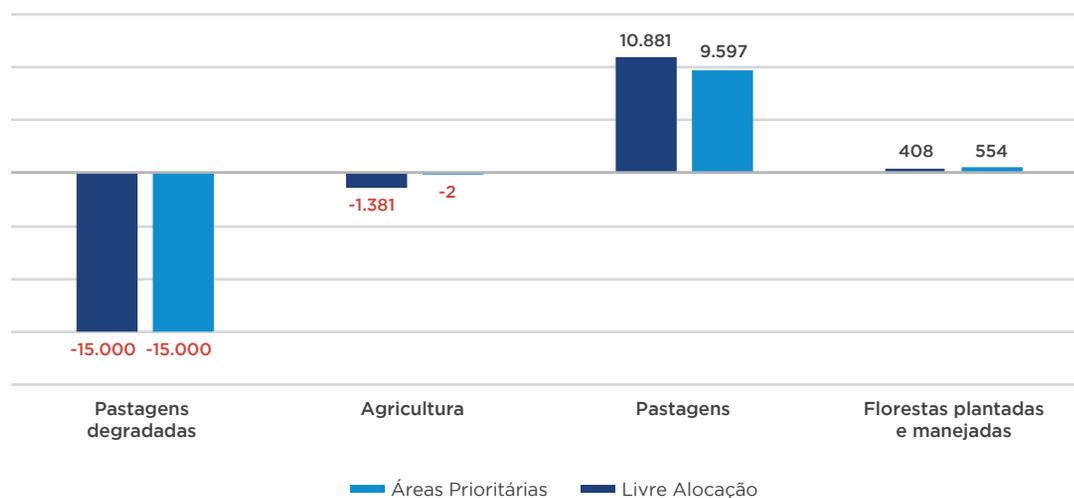
da recuperação de pastagens degradadas para outras linhas de crédito oficiais, dado o elevado potencial de redução de emissões desta prática; avaliar e monitorar a adoção das práticas de agricultura de baixa emissão de carbono que não são financiadas via crédito agrícola oficial; e rever o conceito de áreas prioritárias no sentido de considerar os desafios econômicos e os potenciais benefícios ambientais associados à recuperação de pastagens nas diferentes regiões do País. ■

* Programa de financiamento a investimentos que contribuam para a redução da emissão de GEE na agropecuária

IMPACTOS ECONÔMICOS DA RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS E DA ADOÇÃO DE ILPF

IMPACTOS	Cenário	
	Áreas Prioritárias	Livre Alocação
Gasto com recuperação de pastagens (R\$ milhões)	31.288	26.685
Gasto com sistemas integrados (R\$ milhões)	7.789	7.732
Total dos gastos (R\$ milhões)	39.077	34.417
Variação no bem-estar (R\$ milhões)	-724	8.027
Custo da recuperação (R\$/ha)	2.086	1.779

MUDANÇAS NO USO DA TERRA PROVOCADAS PELO PLANO ABC SEGUNDO OS CENÁRIOS PROJETADOS NO ESTUDO (MIL HECTARES)



PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

PRODUTOR RURAL COMO

PROTAGONISTA

ALINE CAMARGO CARVALHO

Analista de Responsabilidade do Rabobank International Brasil

O produtor rural como protagonista da sustentabilidade

QUANDO PENSAMOS no futuro das populações e no agronegócio, como primeira associação vem à tona a demanda por alimentos. Em 2050, seremos cerca de 9,5 bilhões no Planeta. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima a necessidade de aumentar a produção de alimentos em 70%. Junto a isso, temos a premissa de crescer com o menor impacto ambiental possível, de forma a conservar não só os recursos hídricos, as florestas e todos os componentes biológicos, mas também os recuperados quando preciso.

Nesse raciocínio, há, também, as metas de redução de emissão de gases do efeito estufa (GEEs), compromisso oficializado pelo Brasil na COP-21. Ou seja,

precisamos crescer sem comprometer os recursos naturais e, ainda, promover melhorias nos sistemas de produção. Assim, a capacidade de gerir modelos agrícolas cada vez mais inovadores será crucial para o futuro da produção alimentar do mundo.

QUATRO MANEIRAS PARA IMPLANTAR A ILPF

- Lavoura e pecuária (agropastoril);
- Pecuária e floresta (silvipastoril);
- Lavoura, pecuária e floresta (agrossilvipastoril);
- Lavoura e floresta (silviagrícola).

SHUTTERSTOCK



Como exemplo de modelos de práticas sustentáveis, podemos citar a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), que agrega diferentes sistemas produtivos em uma mesma área. Esta técnica incorpora as produções agrícola, pecuária e florestal dentro da propriedade, na busca por aumentar a produtividade e diminuir riscos quanto à produção e à valorização da unidade de produção e da qualidade ambiental.

Atualmente, a integração Lavoura-Pecuária (iLP), ou sistema agropastoril, é a modalidade mais utilizada, encontrada geralmente em fazendas de

pecuária, onde culturas de grãos, como arroz, soja ou milho, são introduzidas em áreas de pastagem para recuperar a produtividade. Existem, também, fazendas especializadas em lavouras de grãos que utilizam forrageiras como, por exemplo, braquiárias para melhorar a cobertura do solo e, posteriormente, utilizá-las como alimentação do gado na entressafra (safrinha do boi). Outra situação encontrada no campo são fazendas que sempre utilizaram a rotação de pastagem e lavoura para intensificar o uso da terra em parcerias de agricultores e pecuaristas. ■

BENEFÍCIOS DA iLPF

O modelo aumenta a reciclagem de nutrientes no solo, diminuindo a erosão. Com isso, como ele melhora a qualidade e as características produtivas, os pastos ganham maior capacidade nutricional na seca. Na produção pecuária, há uma melhoria no bem-estar do animal, que deixa de sofrer com o calor intenso e com mudanças bruscas na temperatura. O resultado é o aumento na produção de grãos, carne, leite, produtos madeireiros e não madeireiros. Além disso, há uma maior otimização dos processos e dos fatores de produção.

Esses sistemas são ferramentas importantes para a recuperação de áreas degradadas e a promoção de práticas sustentáveis no campo. Podemos citar como benefícios ambientais a recuperação de áreas degradadas, a conservação de reservas hídricas, a manutenção de estoques de carbono do solo e, não menos importante, a redução da pressão por desmatamento.

O Brasil possui 170 milhões de hectares de pastagens, dos quais 50 milhões se encontram em algum estágio de degradação. Esses números mostram que ainda temos um grande espaço para aumentar a produtividade das áreas (degradadas ou não), sem necessariamente realizar novos desmatamentos, e, ainda, cumprir a meta brasileira de ter 5 milhões de hectares de sistemas integrados agrossilvopastoris até 2030, também formalizada na COP-21.

Os sistemas de integração são alguns dos melhores exemplos de Boas Práticas Agrícolas (BPA). De maneira ampla, uma das vantagens de se aplicar BPA nos sistemas produtivos é o maior acesso a mercados (principalmente os internacionais), que exigem padrões mais elevados de sustentabilidade nos produtos, com maior exposição do produtor. Assim, a adoção de tais práticas pode se tornar uma referência em sua região e em seu setor de atuação e, até mesmo, tornar financiamentos mais acessíveis por estes terem o seu risco reduzido.

A iLPF permite que o produtor utilize de forma mais eficiente os recursos da fazenda, e não somente os naturais. A adoção dessas práticas também prepara melhor o funcionário responsável por aplicá-las e mantê-las ao longo do tempo. Além disso, uma BPA implementada pode incentivar a implementação de outras. São raros os casos do uso de somente uma BPA sustentável. Ao serem obtidos bons resultados, o incentivo se torna constante. Tem-se como exemplo a iLPF, que geralmente está associada à rotação de culturas e facilita a adoção de mais práticas, como plantio direto, manejo integrado de pragas, entre outras. Assim, abre-se caminho para a melhoria contínua.

Adubação verde, plantio direto, economia circular e geração alternativa de energia são outros exemplos de BPA. Não se trata apenas de se obterem bons resultados no curto prazo, mas sim de diminuir os riscos de seus negócios ao longo dos anos e se tornar cada vez mais competitivo. Em um ambiente de total responsabilidade no cenário mundial, o produtor rural brasileiro é e continuará sendo o principal promotor de sustentabilidade no País e, assim, vai gerar cada vez mais valor aos negócios.



ALGODÃO

FARDO VALIOSO



A nada 'macia' trajetória da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) para transformar o país que chegou a importar algodão em um dos maiores produtores e exportadores da pluma do mundo.

O BRASIL é o quinto maior produtor e o quarto maior exportador mundial de algodão. É, também, o maior fornecedor de algodão sustentável do Planeta. Aproximadamente 30% de toda a fibra licenciada pela entidade suíça Better Cotton Initiative (BCI) saíram de lavouras desse país gigantesco, bem ao sul do Equador. Essas marcas são o resultado mais evidente de um grande agronegócio, a cotonicultura brasileira, setor da economia que não apenas soube crescer e se desenvolver, mas, principalmente, se reinventar, graças à união e à organização dos produtores e aos grandes investimentos em pesquisa, tecnologia e gestão.

Dizer que o algodão brasileiro teve de se reinventar não é frase de efeito; é fato. Ao longo da história da cotonicultura no País, o algodão já foi plantado em quase todo o território nacional: no litoral, no Sudeste e no Sul, no Nordeste e, nos últimos trinta anos, no Cerrado brasileiro. Em cada época e região, a atividade teve características distintas, mas os trechos mais notáveis dessa história deram-se nos

anos 70 e 80 do século passado, no semiárido nordestino, e a partir da década de 1990 até os dias atuais, com a introdução e o avanço da cultura no Cerrado.

Contrapor essas duas fases é importante para se ter a dimensão de quanto a cotonicultura – que quase chegou a desaparecer no Brasil – progrediu nas últimas décadas, começando do **zero**, em novos moldes e cenários. Nessa transição entre o velho e o novo, surgiu a Abrapa, considerada uma das mais atuantes entidades de classe do agronegócio e o retrato de uma nova forma de pensar e agir no setor algodoeiro.

Na década de 1980, a área ocupada com cotonicultura no semiárido chegou a 4 milhões de hectares. À época, o Ceará possuía a maior extensão de lavouras de algodão contínuas do mundo. Para se ter uma ideia, na safra 2017/18, o Brasil deverá plantar pouco mais de 1 milhão de hectares. O que distingue essas duas fases é a capacidade atual de produzir muito mais no equivalente a um quarto

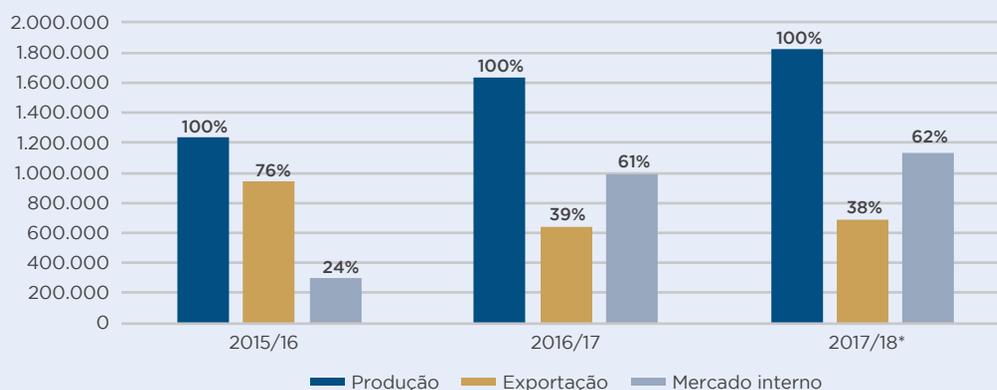
da área do passado. Por “muito mais” entenda-se colher 1,7 mil quilos de algodão por hectare, contra 300 quilos por hectare no passado. O que mudou? Absolutamente tudo – inclusive o próprio algodão, que teve de ser adaptado ao novo bioma. Até a década de 1980, quase toda a cotonicultura nacional era de variedade arbustiva. No Cerrado, optou-se pelo algodão herbáceo, de perfil anual, com as lavouras sendo totalmente replantadas a cada safra e o que sobra delas sendo destruído, para evitar que se torne substrato para a proliferação de pragas como o bicudo-do-algodoeiro.

As características de clima, solo e relevo do Cerrado também ajudaram a mudar a cara da cotonicultura brasileira, segundo explica o presidente da Abrapa, Arlindo de Azevedo Moura. “O terreno plano

favoreceu a mecanização em todas as etapas da produção. Isso tornou a atividade mais produtiva, dando-lhe capacidade de escala e permitindo ao Brasil não apenas voltar ao **jogo** no mercado internacional, como tornar-se, com o tempo, o grande fornecedor que é. Foi preciso muito empreendedorismo, profissionalismo e investimento por parte do produtor”, explica Moura, ressaltando a influência direta de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – por meio do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPQ) – e, mais tarde, entidades de pesquisa e desenvolvimento ligadas aos produtores na construção dessa nova história.

Hoje, o Brasil é um grande *player* nesse negócio, cujo comércio movimenta em torno de US\$ 23 bilhões

BRASIL: PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO INTERNO DE ALGODÃO EM PLUMA (TONELADAS)



* Previsão
Fonte: Abrapa; Alice Web/MDIC (2017)

UF	2016/17			2017/18*		
	Área (hectares)	Produção de pluma (toneladas)	Produtividade (quilos/hectare)	Área (hectares)	Produção de pluma (toneladas)	Produtividade (quilos/hectare)
BA	201.634	393.791	1.953	272.000	514.080	1.890
GO	26.490	44.165	1.667	34.096	54.852	1.609
MA	22.493	36.314	1.614	22.500	38.000	1.689
MG	15.946	25.159	1.578	24.000	38.000	1.583
MS	28.636	53.890	1.882	30.900	55.110	1.783
MT	626.579	1.056.412	1.686	721.000	1.081.500	1.500
PI	4.702	9.839	2.093	7.000	13.860	1.980
PR	580	679	1.170	638	757	1.186
SP	3.474	5.419	1.560	7.500	12.600	1.680
TO	4.810	6.804	1.415	6.000	9.225	1.538
BRASIL	935.344	1.632.472	1.745	1.125.634	1.817.984	1.615

* Previsão
Fonte: Abrapa e associações estaduais (2017)

por ano no mundo e, por aqui, na última safra, representou em Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ 20,8 bilhões. Na safra 2016/17, o País produziu 4,0 milhões de toneladas de algodão em caroço ou 1,6 milhão de toneladas de pluma, o produto beneficiado que segue para a indústria nacional e para exportação. Se as estimativas se confirmarem, na safra 2017/18 haverá 1,8 milhão de toneladas de pluma, 11,3% a mais do que no ciclo anterior.

Além de produzir muito e com qualidade, o Brasil, por meio da Abrapa, investiu na sustentabilidade da cadeia produtiva, o que presume uma produção lastreada nos três pilares do conceito: econômico, social e ambiental. Na safra 2016/17, o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) – que, desde 2013, opera em *benchmarking* com a BCI – certificou 74% da área de algodão no Brasil e 76% da produção do País.

SETOR COESO

Em 7 de abril de 1999, foi criada a Abrapa. Antes dela, contudo, já existia, desde 1997, a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), que foi uma espécie de embrião da entidade nacional. Ainda em 1999, formaram-se outras quatro associações estaduais: a Associação Mineira dos Produtores de Algodão (Amipa), a Associação Sul-Matogrossense dos Produtores de Algodão (Ampasul), a Associação Paulista dos Produtores

de Algodão (Appa) e a Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa). Somaram-se a essas a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), a Associação dos Cotonicultores Paranaenses (Acopar), a Associação Maranhense dos Produtores de Algodão (Amapa), a Associação Piauiense dos Produtores de Algodão (Apipa) e a Associação dos Produtores de Algodão do Tocantins (Apratins).

CARLOS RUDINEY MATTOSO





Ela pode
alimentar
o planeta.

E nós
podemos
ajudar.

syngenta

the
good
growth
plan

Plano de Agricultura
Sustentável

Luciane Bertinatto Copetti, de Lucas do Rio Verde, é referência quando se fala em promover a biodiversidade. Ela faz parte do Soja + Verde, projeto que realizamos em parceria com a ONG The Nature Conservancy, e além de cuidar de sua fazenda com mais de 700 hectares, Luciane mobiliza os produtores da sua região para ampliar a conscientização ambiental.

Nossa missão é ajudar agricultores de todo o mundo a aumentar sua produtividade e, ao mesmo tempo, conservar a água, o solo, e o ecossistema, conforme os compromissos assumidos em nosso **Plano de Agricultura Sustentável - The Good Growth Plan.**

 www.facebook.com/Syngenta

 [@syngentabrasil](https://twitter.com/syngentabrasil)

 www.syngenta.com.br

VITÓRIA INTERNACIONAL

Em 2005, a Abrapa venceu uma disputa, iniciada em 2002, na Organização Mundial do Comércio (OMC), contra os subsídios concedidos pelo governo americano aos seus cotonicultores, que tornavam a concorrência entre os dois países assimétrica. Os resultados efetivos só vieram cinco anos depois. “A vitória nessa disputa, que se deu em proporções de Davi e Golias, nos permitiu um salto que beneficiou toda a cadeia produtiva”, diz o presidente da Associação. Para gerir os recursos definidos pelo “acordo-quadro” bilateral entre Brasil e Estados Unidos, foi criado, em 2010, o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). A Abrapa pôde, então, incrementar a sua estrutura e prover melhorias nas associadas, sobretudo nos laboratórios de classificação de fibra por *High Volume Instrument* (HVI), e as viagens internacionais para prospectar e consolidar novos mercados foram

intensificadas. Da mesma forma, tornou-se possível destinar mais verbas para a pesquisa científica, assim como para a elaboração e a execução de novos projetos para fortalecer a imagem do produto e da cadeia de valor.

“Investimos em qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade. Criamos programas e iniciativas específicos para cada uma dessas áreas e tiramos do papel um antigo projeto de falar diretamente para o consumidor final, por meio da moda e das pessoas que lançam tendências e influenciam, nessa grande indústria”, afirma Moura, referindo-se ao movimento Sou de Algodão, lançado em 2016, na São Paulo Fashion Week (SPFW). A Abrapa almeja incrementar o consumo de produtos confeccionados com a matéria-prima no mercado interno em 10% num prazo de cinco anos.

RASTREABILIDADE: SISTEMA ABRAPA DE IDENTIFICAÇÃO (SAI)

Implantado a partir de 2004, o SAI rastreia 100% da produção de algodão exportada pelo Brasil. Na safra 2017/18, será possível identificar o produtor, a algodoeira onde o produto foi beneficiado,

o laboratório que o classificou, a unidade produtiva de origem, além das características intrínsecas da pluma.

QUALIDADE: SBRHVI E CBRA

O Standard Brasil HVI (SBRHVI) é um programa comprometido com a qualidade, a transparência, a rastreabilidade e a credibilidade do algodão brasileiro. Ele se divide em três pilares: o Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA), o Banco de Dados da Qualidade do Algodão Brasileiro e a orientação aos laboratórios

participantes. Atualmente, integram o programa doze laboratórios, que somam 57 máquinas de HVI. O objetivo do programa é, ao parametrizar e harmonizar a classificação instrumental, gerando informações fidedignas, garantir mais segurança para quem compra e quem vende o algodão brasileiro, valorizando a imagem da fibra dentro e fora do País.

CBRA

Em dezembro de 2016, a Abrapa inaugurou, em Brasília, o CBRA. Trata-se de um laboratório central de verificação e padronização dos processos classificatórios do algodão brasileiro que atua para garantir a qualidade e a credibilidade dos resultados aferidos nos diversos laboratórios instalados no

território nacional. Tem aproximadamente 2 mil metros quadrados e foi dimensionado para checar até duas vezes a safra atual de algodão no Brasil.

Para saber mais sobre a Abrapa e os seus programas, acesse: www.abrapa.com.br

SINAL DE ALERTA NA CULTURA DO ALGODÃO

Incidência da mancha de ramulária

Considerada atualmente a principal doença da cultura algodoeira, com incidência crescente em todos os estados produtores, a mancha de ramulária, causada pelo fungo *Ramularia areola*, é motivo de grande preocupação. De acordo com a Embrapa Algodão, a doença é muito crítica e pode provocar uma redução de até 40% na produtividade.

No início da infestação, os sintomas da doença apresentam-se como pequenas manchas no limbo foliar, com aspecto branco-azulado. Em condições favoráveis, as lesões se desenvolvem, ficam delimitadas pelas nervuras das folhas e ganham um aspecto angular e pulverulento de cor branca, caracterizado pela intensa esporulação do patógeno.

Devido a tal criticidade, o controle químico da mancha de ramulária representa uma das medidas mais importantes para reduzir os índices de severidade da doença. Nesse sentido, o monitoramento da lavoura é uma prática que deve começar cedo, em função da dificuldade de identificação das lesões iniciais.

Investimentos altamente significativos em pesquisas com fungicidas são realizados anualmente, porém é preocupante a ausência de novas moléculas com diferentes modos de ação. Da mesma forma, chama

a atenção a rápida queda de *performance* de alguns grupos químicos, em decorrência do desenvolvimento de resistência.

O fungo *Ramularia areola* é considerado pelo Fungicide Resistance Action Committee (FRAC) um patógeno de altíssimo risco de desenvolvimento de resistência a fungicidas, devido à sua alta variabilidade genética, ao seu curto ciclo de vida, a múltiplas gerações que se dão durante o ciclo da cultura e à alta adaptabilidade genética dos seus mutantes.

Várias populações do fungo apresentam baixa sensibilidade aos grupos químicos das estrobilurinas e triazóis, ainda muito utilizados no manejo da ramulária no Brasil. Desta maneira, há uma redução no intervalo de dias entre as aplicações, além de se demandar o aumento das doses desses produtos para conseguir controlar o fungo. Consequentemente, há um aumento sucessivo do número de aplicações de fungicidas no controle de ramulária.

De acordo com dados de 2016 do Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAm), inúmeros fungicidas utilizados no controle de ramulária não apresentam um nível de controle satisfatório (acima de 80% de controle), restringindo o uso de moléculas consideradas muito eficientes e limitando o número de opções de fungicidas com foco no controle da doença. ■

TAMANHO DAS PERDAS

Análises da MB Agro (2017) demonstram que os impactos diretos da perda de controle da ramulária reduzem o VBP, que pode chegar próximo a R\$ 4 bilhões por safra. Ainda segundo análises da MB Agro, os impactos da ramulária na produtividade final reduzem diretamente a rentabilidade dos cotonicultores, podendo gerar quedas nas suas margens em até 50% nas situações de perda de controle da doença.

Diante de tais dados alarmantes, podemos avaliar como muito importante a priorização do fungo *Ramularia areola*, incluindo-o na lista de 2017 de alvos biológicos estratégicos e de importância para o agronegócio brasileiro. Da mesma forma, há que se acelerar o registro de fungicidas que tenham em sua bula a descrição desse alvo biológico e que apresentem alta *performance* de controle e/ou sejam ferramentas importantes para a estratégia de manejo de resistência a este fungo.



EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NOS DEZ ANOS DO GTPS

“Transformação” é a melhor palavra para definir a conjuntura atual do Brasil. Da política à economia, os mais diversos setores do País sofrem esse impacto. Quando tratamos da pecuária de corte, o cenário identificado, felizmente, não é diferente.

Até pouco tempo atrás, o conceito de sustentabilidade tinha um viés ambiental acentuado. Pouco, ou quase nada, era enfatizado sobre as questões social e econômica. Isso pode ser apontado como o grande empecilho para a promoção da sustentabilidade no passado.

Nesse contexto, foi criado, em 2007, o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS). Desde então, esta iniciativa tem auxiliado na articulação entre todos os atores da cadeia. Os avanços conseguidos recentemente são inegáveis!

Por meio da atuação do GTPS, provamos ser possível associar a atividade pecuária à preservação e ao bom uso dos recursos naturais. Para isso,

é fundamental o uso de muita pesquisa, muito desenvolvimento e muita inovação tecnológica.

Hoje em dia, deparamo-nos com ótimos exemplos de uma pecuária mais eficiente, com a incorporação de tecnologias modernas, boas práticas na pastagem e melhoramento nos aspectos genético, nutricional e sanitário do rebanho.



GTPS ESTIMULA A MELHORIA CONTÍNUA



RUY FACHINI FILHO

Presidente do GTPS

O GTPS lançará, no evento de comemoração de dez anos – a ser realizado no dia 16 deste mês –, a plataforma *online* do Guia de Indicadores da Pecuária Sustentável (GIPS). O objetivo principal da ferramenta é estimular a melhoria contínua, ao contemplar os parâmetros para a busca permanente pela sustentabilidade.

Desenvolvido por representantes de cada elo da cadeia de valor da pecuária bovina durante dois anos de trabalho intenso, o GIPS constitui uma das maiores conquistas do GTPS desde a sua criação.

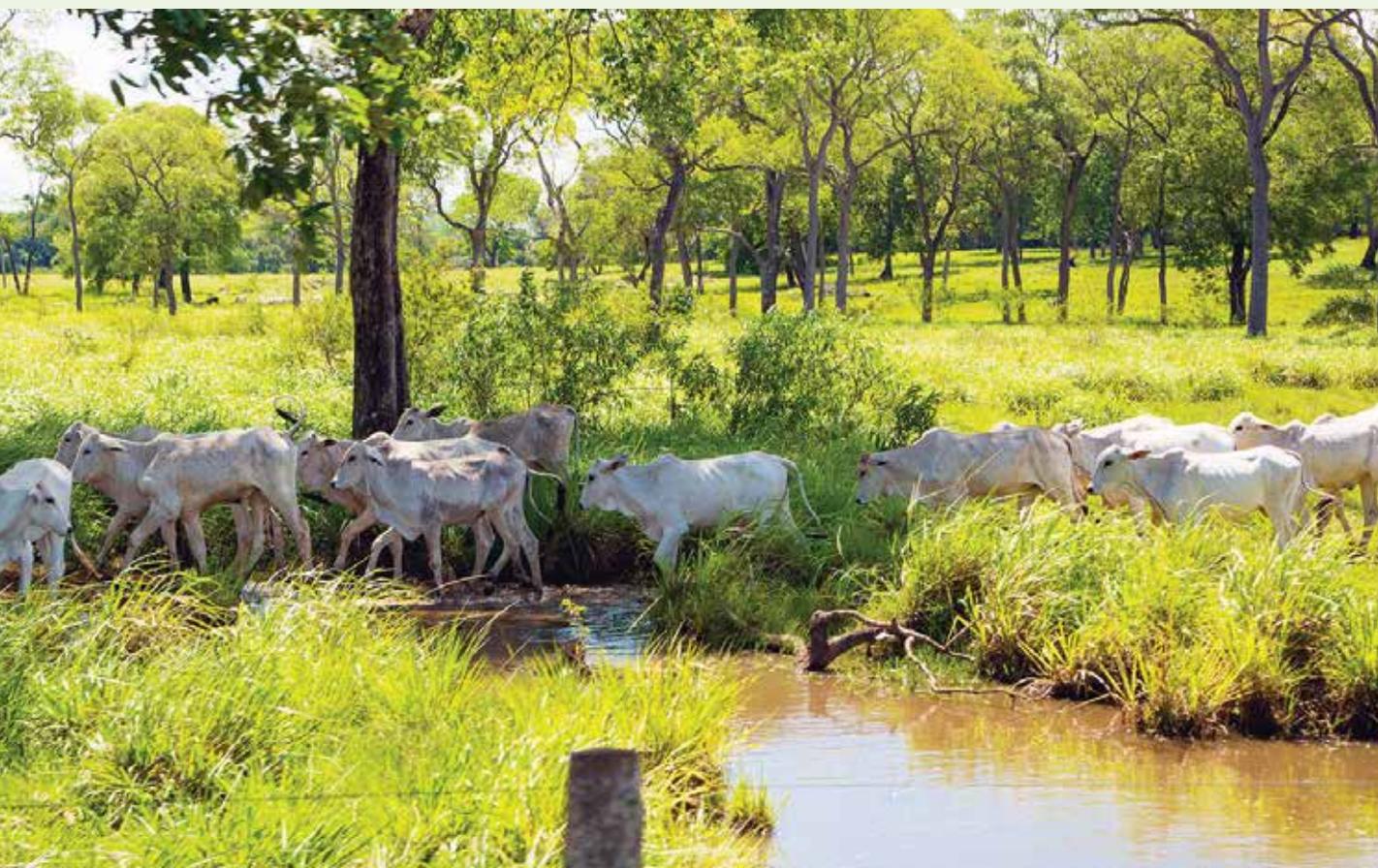
Aplicável a todos os elos da cadeia produtiva, desde o setor produtivo ao varejo, o GIPS incentiva os atores a utilizarem uma abordagem gradual, com diferentes estágios de desempenho, desde os mais básicos até os mais complexos, para analisar a sua evolução em um determinado período.

Além disso, uma das premissas da ferramenta é ela ser de autoavaliação, cabendo a cada usuário avaliar o seu próprio desempenho ou a evolução dos integrantes da sua cadeia de valor.

Para o GTPS, a melhoria contínua precisa, necessariamente, alcançar todos os atores, pequenos, médios e grandes, de modo a torná-los cada vez mais sustentáveis. A intenção do GIPS é ser inclusivo.

O lançamento da plataforma do GIPS estará disponível primeiramente no nosso *website* e, depois, em aplicativo. A importância da articulação entre os elos da cadeia de valor, os desafios da pecuária brasileira no desenvolvimento sustentável e o papel das mesas-redondas na evolução contínua são alguns dos assuntos a serem debatidos no evento.

As inscrições são gratuitas e estão abertas no *website* do GTPS.





TECNOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



CESAR AUGUSTO FIGUEIREDO

Coordenador de P&D da Stoller



ROBERTO RISOLIA

Gerente de Marketing da Stoller

A sustentabilidade já é realidade nos mais variados setores, relacionados com eletrônicos, vestuário, alimentação, construção civil, serviços etc. Atualmente, é comum encontrar, dentro das companhias, departamentos focados no tema, sendo responsáveis pela gestão da sustentabilidade, trazendo conceitos e estabelecendo indicadores e metas. Hoje, felizmente, podemos dizer que isso não é diferente na agropecuária.

Produtores, fornecedores de insumos e indústria em geral têm passado por um processo bastante intensivo de conscientização sobre a importância de produzir de forma sustentável, preocupados em garantir o uso eficiente dos recursos naturais.

De forma geral, tudo passa pela adoção crescente de conhecimento e tecnologia no sistema de produção. Buscar uma produção sustentável é aumentar a eficiência usando de forma cada vez mais racional os recursos naturais, como solo e água, e de forma inteligente os insumos, como fertilizantes e defensivos.

Na pecuária, o desafio é grande. Porém, nos últimos anos, a pressão da agricultura para aumentar a área de produção, a impossibilidade de abertura de novas áreas e a demanda crescente por produtos de origem animal têm feito a pecuária buscar uma maior eficiência. E o uso de tecnologia é a chave para isso.

Nesse processo, o GTPS assumiu um papel importantíssimo no setor, reunindo, há dez anos, todos os elos da cadeia. O Grupo tem intermediado discussões e ações para a conscientização dos elos da cadeia. Para tanto, direciona, de forma efetiva, o uso racional dos recursos ambientais, o uso de tecnologias e o conhecimento na busca por práticas. Tudo isso contribui com o fornecimento de produtos e alimentos de qualidade para a demanda crescente em todo o mundo.

UNIÃO DA PRODUTIVIDADE COM A RENTABILIDADE



ROBERTO NAVES SOUZA AGUIAR

Diretor de Pastagens e Marketing da Nutripura



MIGUEL SHIOTA

Consultor do projeto Canivete

O projeto Canivete, iniciativa da empresa Nutripura Nutrição & Pastagens, sediada em Rondonópolis-MT, e da entidade Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, associada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (FEALQ/Esalq-USP), surgiu em maio de 2013. O projeto atua no sistema de produção intensiva de animais em

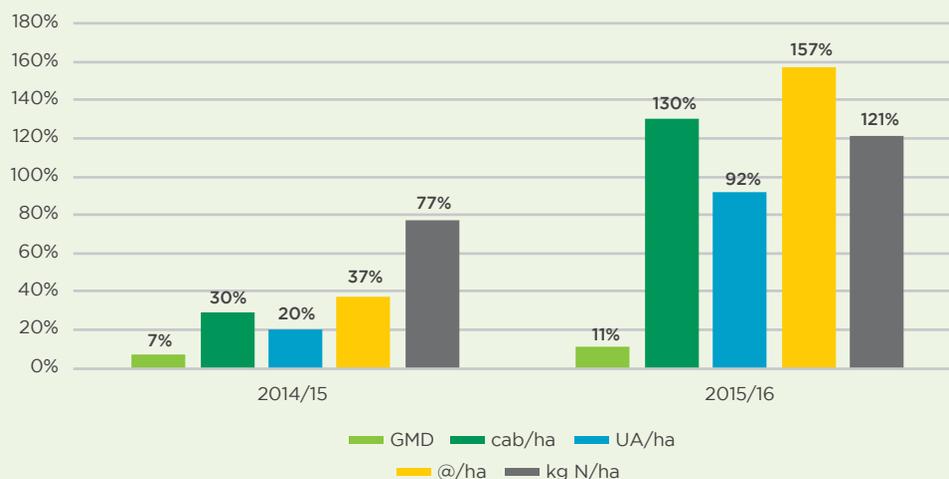
pastagens com o envolvimento de manejo, adubações, controle de pragas e plantas invasoras etc. O seu objetivo é aumentar a produtividade e a sustentabilidade das pecuárias de corte e de leite.

As fazendas são selecionadas com base no interesse do proprietário em aplicar as tecnologias. O principal resultado é conferir aos pecuaristas a certeza de poderem atingir produtividades acima de 50 arrobas por hectare ao ano (@/ha/ano) em sistema de pastejo em sequeiro. Normalmente, o trabalho é iniciado com apenas 10% a 15% da área da propriedade, em “áreas-piloto”.

No primeiro momento, o aumento da produtividade é consequência do incremento da adubação nessas áreas. Com o decorrer dos anos, a expansão da iniciativa para as outras áreas da propriedade passa a ser um processo natural, devido aos bons

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES PRODUTIVOS DAS FAZENDAS DO PROJETO CANIVETE NO PERÍODO DAS ÁGUAS (NOVEMBRO A ABRIL)

	GMD	cab/ha	UA/ha	@/ha	kg N/ha
Safra 2013/14	0,460	1,85	1,32	5,42	17



Fonte: Projeto Canivete

resultados. Hoje, já existem fazendas com 70% da sua área adubados.

Apesar da média de retorno econômico estar ao redor de 10 @/ha, é frequente as margens técnicas do sistema ficarem entre 12 e 17 @/ha. Existem áreas com lucratividade de 25 @/ha/ano.

Os proprietários não possuem interesse apenas na produtividade em si, mas na **rentabilidade**

do processo, e estes dois índices possuem uma ligação muito próxima. Os resultados indicaram, em mais de 70% dos casos, variações na rentabilidade explicadas por aumentos na produtividade.

Atualmente, a iniciativa trabalha em quatorze propriedades, distribuídas em nove municípios, contemplando uma área de 17.000 hectares de pastagem e um rebanho de 35.320 animais.

DEZ ANOS DE BOA LUTA



ALCIDES TORRES

Engenheiro agrônomo, presidente da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS) e diretor da Scot Consultoria

O GTPS comemora dez anos de vida. Isso é bom ou ruim? Nem bom, nem ruim. Uma necessidade.

A pecuária brasileira foi vítima, na última década, de uma série de acusações com relação ao sistema de produção cujo objetivo obscuro, entre outros, visava conspurcar a imagem da carne bovina nacional nos mercados internacionais.

Isso nos custou tempo, dinheiro e dedicação, para desmentir o temporal de barbaridades ditas. Para nos defender dessa tormenta, várias pessoas e grupos se organizaram para reunir argumentos robustos contra os acusadores/detratores.

Um desses grupos é o GTPS, que, de maneira serena e contínua, tem apresentado a verdadeira cara da pecuária nacional e coordenado estudos e pesquisas para os devidos esclarecimentos, além de atuar no fomento de boas práticas de produção com o fim de perenizar a produção sustentada de bovinos.

Hoje, todos sabem que o sistema de produção de bovinos em pasto, dominante no Brasil, agronomicamente conduzido, sequestra carbono, produz



emprego, produz alimento de excelente qualidade, paga impostos, fixa o homem no campo e preserva a natureza.

Esse sistema respeita a natureza do bovino, que, sob todos os aspectos, traduz o que há de melhor em bem-estar animal.

O GTPS, nesses dez anos, polarizou esse conhecimento e o disseminou, para o bem da pecuária e do Brasil.

Que assim seja para os próximos dez anos.

A APPS, que reúne especialistas tais como engenheiros agrônomos, zootecnistas e médicos veterinários, é associada ao GTPS e compõe o time de conhecimento que ajuda nesses esclarecimentos para a opinião pública, em geral, e para a imprensa, em particular.

PASTAGENS E A DESAFIADORA FRONTEIRA DA SUSTENTABILIDADE



MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA

Engenheiro agrônomo, sócio e coordenador de Pecuária da AGROCONSULT

A falta de bons cuidados e manejo nas pastagens continua sendo o grande gargalo da bovinocultura

brasileira. Segundo dados acumulados pelo Rally da Pecuária, expedição anual organizada pela AGROCONSULT, os pastos amostrados são distribuídos em cinco classificações de qualidade: degradado (3%); qualidade 2 (11%); qualidade 3 (35%); qualidade 4 (28%); e qualidade 5 (23%).

A diferença entre degradado e qualidade 2 é a necessidade de reforma. Enquanto o *stand* de plantas



no pasto degradado é insuficiente para uma recuperação, o pasto de qualidade 2 ainda pode ser restabelecido sem a necessidade de reforma.

É importante lembrar que entre 55% e 78% das pastagens amostradas estão em processo de degradação. A primeira estimativa é obtida pelo acompanhamento de cada um dos pastos por imagem de satélite, identificando que, ano a ano, perdem qualidade. A segunda é obtida pela avaliação *in loco*, a partir da premissa de que todas as pastagens, um dia, deveriam estar no padrão de qualidade 5, de acordo com o critério adotado. A reinstalação da vegetação natural é o principal ponto depois de concluído o processo de degradação.

Entre 2007 e 2016, a área total desmatada na Amazônia Legal foi de 7,5 milhões de hectares. No mesmo período, a agricultura avançou 10,2 milhões de hectares, enquanto a área de pastagens recuou 19 milhões de hectares. A soma da área destinada à produção agropecuária recuou de 250,1 milhões para 241,4 milhões de hectares – um saldo de 8,8 milhões de hectares que deixaram de ser explorados pela agropecuária.

A explicação está na revegetação em áreas de pastagens, que já acumula 32 milhões de hectares em

apenas dez anos. São pastagens perdidas após completarem todo o ciclo de degradação, totalizando prejuízos para os produtores e a sociedade.

Isso ocorre porque a demanda tecnológica para aumentar a rentabilidade nas fazendas supera a demanda produtiva para liberar área de pastagens, o que acaba provocando exclusão de produtores e perda de áreas pelo processo de degradação. A exclusão é consequência da heterogeneidade na adoção de tecnologia pelos produtores. Os pecuaristas mais ágeis intensificam mais rapidamente, ampliando a sua competitividade e acelerando a exclusão dos produtores mais lentos.

Portanto, o desafio não é liberar áreas para atender as demandas por terra de outras atividades, mas sim o que fazer com os produtores excluídos das áreas que irão sobrar.

Essa realidade altera todo o modelo de trabalho relacionado à sustentabilidade na pecuária. Incentivar a busca por soluções em conjunto com o GTPS, que completa dez anos em 2017, é essencial para que as decisões caminhem no sentido correto para solucionar os reais problemas. ■



“MEU PROJETO
É EMPREENDER
COM ALGO
REALMENTE
INOVADOR”

Fernanda Rocha, 24 anos, estudante de Administração.

Sicoob Previ

O melhor investimento no seu futuro.

Se tivesse liberdade de escolha, você seria um funcionário ou abriria o próprio negócio? A Fernanda está se preparando para ser empreendedora. Primeiro, ela quer viajar, conhecer novos mercados e, então, empreender na sua cidade com produtos inovadores. E o Sicoob Previ está aqui para garantir que a Fernanda possa dedicar-se ao seu projeto sabendo que o seu padrão de vida estará garantido.

**Para se aposentar, empreender, estudar
ou fazer o que quiser: Sicoob Previ.**

De quanto tempo você precisa?

Faça sua simulação em sicoobprevi.com.br.

Ouvidoria: 0800 725 0996 • Atendimento: seg. a sex. - das 8h às 20h
www.ouvidoriasicoob.com.br • Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458


SICOOB
Previ



AGRO EM QUESTÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA



A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizou o Seminário Agro em Questão – Reforma Tributária, em 27 de setembro, com o objetivo principal de analisar a necessidade de redução

da carga tributária, a simplificação do atual modelo de cobrança de impostos e a segurança jurídica na legislação. A seguir, dispõe-se um registro resumido do conteúdo apresentado e debatido no evento.

ABERTURA



JOÃO MARTINS

Presidente da CNA

Sabemos ser imprescindível a construção de um sistema tributário moderno para permitir ao agro expressar o seu potencial competitivo. Precisamos de um modelo mais eficiente para os produtores rurais, pela capacidade do setor agropecuário em ajudar a melhorar os indicadores econômicos e sociais do Brasil.

Além de contribuir para o controle da inflação, com quedas reais seguidas nos preços dos alimentos, cabe lembrar que cada R\$ 1,0 milhão

investido no agronegócio gera R\$ 3,3 milhões em produção, abre 49 novos postos de trabalho e gera R\$ 367 mil em salários. Esses números são a prova inequívoca da pujança desse setor, com plena consciência da sua responsabilidade para com o País.

A ex-primeira-ministra do Reino Unido Margaret Thatcher citava que a prosperidade não virá por inventarmos mais programas generosos de gastos públicos. É verdade: se ninguém enriquece por pedir outro talão de cheques ao banco, nenhuma

nação se tornou próspera por tributar seus cidadãos além de sua capacidade de pagar.

A sociedade brasileira vive, hoje, uma dicotomia: constata-se, por um lado, a rejeição plena a pagar mais tributos e, por outro lado, tem-se as contas públicas em frangalhos, com sucessivos e recorrentes déficits.

Como primeira atitude, a prioridade do Estado brasileiro deve ser gastar bem e sabiamente cada centavo arrecadado. Esta prática não vinha acontecendo nos últimos anos. A economia brasileira não pode mais estar à mercê de um governo perdulário e predatório. O tempo de meias medidas acabou.

Mais do que propor a tão sonhada diminuição da carga tributária, é urgente uma redução dos custos administrativos, judiciais e transacionais. Todos eles resultam, invariavelmente, na corrosão da rentabilidade dos contribuintes.

Certamente, temos muito a colaborar com esse processo, com propostas para a redução da insegurança jurídica ao contribuinte e a queda da carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), mantida em 33% nos últimos dez anos. Esse seminário mostra a disposição da CNA em contribuir para o crescimento sustentável da economia brasileira.

PALESTRAS E DISCUSSÕES



LUIZ GUSTAVO BICHARA (MEDIADOR)

Procurador tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Temos uma preocupação com a carga tributária para o agro e o pagamento dos créditos financeiros devidos ao exportador pela União e

por governos estaduais. “A impressão que dá é que, na redação da PEC da reforma, ninguém se preocupou com esse setor tão fundamental da economia”, relata Bichara.



PRINCÍPIOS PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA



BERNARD APPY

Diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e especialista em contas públicas

A nossa proposta é substituir o modelo atual de tributação do País pela criação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), incidente sobre bens e serviços, com a transição do sistema atual para a nova modalidade ao longo de dez anos. A ideia é cobrar o imposto no destino final, em vez de taxar a produção.

A grande vantagem do IVA consiste no fato de ser um tributo não cumulativo, garantindo ao exportador, seja do agro ou do setor industrial, a recuperação dos créditos financeiros acumulados ao longo do tempo, assegurando a competitividade às empresas.

O setor agropecuário é muito importante para as exportações brasileiras. Hoje, por uma série de falhas no sistema tributário, exportamos imposto quando estamos exportando produtos agropecuários. É possível corrigir isso com uma boa reforma tributária.

Precisamos de uma reforma ampla para corrigir as distorções do sistema tributário brasileiro. As mudanças pontuais não sanarão os problemas. A tributação do setor do agro também precisa ser revista. Existe praticamente um consenso expressivo sobre a necessidade de uma mudança para um modelo como o IVA no Brasil.

NECESSIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA SOB OS ASPECTOS POLÍTICOS



LUIZ CARLOS HAULY

Deputado federal (PSDB/PR) e relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma tributária no Legislativo

O agro sofre com a insegurança jurídica existente no País e precisa de um sistema capaz de desonerar totalmente as suas exportações, desburocratizando o modelo em vigor.

O setor agropecuário é um setor vencedor e sustentador da nossa balança comercial. Precisamos de uma agricultura sólida. Esse modelo desonera todo tipo de alimento ou coloca uma alíquota bem baixa para não haver residual de crédito para nenhum setor. Se o agro vem bem até aqui, ficará muito melhor daqui para frente.

O atual sistema tributário nacional é muito concentrado no consumo e pouco na renda e na propriedade. Os países mais desenvolvidos tributam mais renda do que consumo. Mas, aqui no Brasil, esse processo necessita ser negociado e não pode

ser feito sem um amplo entendimento nacional. Mas, precisamos diminuir essa carga no consumo.

A reforma tributária poderá ajudar a reduzir as injustiças sociais no País. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra para o contribuinte de menor ganho o pagamento de mais tributos. Um trabalhador que recebe um salário-mínimo arca com 53,9% de impostos. De R\$ 1 mil de salário, ele recolheria R\$ 539 de impostos. Uma pessoa com trinta salários-mínimos paga só 29%. Ou seja, o trabalhador que ganha menos paga mais impostos do que os mais ricos.

DISCUSSÕES JUDICIAIS NOS TEMAS TRIBUTÁRIOS



MARCO AURÉLIO MELLO

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

A segurança jurídica e a questão tributária do País são pontos estratégicos que preocupam a sociedade brasileira. O Brasil adotou um sistema de impostos com cobrança em cascata, tributo sobre tributo. Esta situação provocou enormes distorções e desequilíbrios para o setor produtivo e a sociedade. É preciso vontade política dos representantes dos Legislativos federal, estaduais e municipais para evoluir e buscar uma racionalização do sistema tributário brasileiro.

Os governos, de todos os níveis – federal, estadual e municipal –, lidam com as dificuldades de caixa. Nesse quadro, a tendência é forçar a mão com uma fúria arrecadadora. Isso não é bom para o País, o desenvolvimento, a iniciativa privada nem os cidadãos em geral.

Como reza a Carta Magna, nossa lei maior, o Estado só pode fazer o expressamente autorizado pela Constituição. Por isso, ela deve ser observada na elaboração e na discussão de qualquer lei. Uma lei provocadora de conflito com a Constituição é uma legislação que já nasce morta e, portanto, não pode gerar efeitos.

O exemplo de observância da Constituição e de todo o arcabouço jurídico brasileiro deve ser dado pelo próprio Estado. A obrigação deste é adotar uma postura que sirva de norte ao cidadão. Em condições normais, o cidadão não litiga com outro cidadão por prazer. Ele o faz quando tem um direito seu espezinhado pelo próprio Estado.

DISCUSSÃO DO NOVO MODELO

A PEC da reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional, mantém em 35% a carga tributária em relação ao PIB brasileiro. O IVA englobaria tributos como o Programa Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estaduais e municipais.

Pela PEC, seriam mantidos o Imposto de Renda (IR), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), além do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). E, ao mesmo tempo, seria criado o Imposto Seletivo, que incidiria sobre energia elétrica, combustíveis, comunicações, transportes, cigarros, bebidas, veículos, pneus e autopeças.

A ideia é que esse modelo seja comandado por uma espécie de “super” Secretaria da Receita Federal, administrada em conjunto pela União, pelos estados e pelos municípios. A cobrança será feita por meio eletrônico.

Segundo o relator da PEC tributária, o deputado Luiz Carlos Hauly, todos os anos, os governos estaduais renunciam ao equivalente a R\$ 500 bilhões, enquanto as demandas na Justiça (contestação sobre cobrança) representam perto de R\$ 2 trilhões. Atualmente, R\$ 500 bilhões estão em análise pelos ministros do STF.

Hauly e Appy também concordaram que o Brasil possui uma das maiores concentrações de renda do mundo, sendo que a adoção do IVA já seria um primeiro passo para garantir a justiça tributária e melhorar o poder de compra do cidadão.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS



RENATO CONCHON

Coordenador do Núcleo Econômico da CNA

Após as exposições e o debate, dividimos os participantes em grupos para debater as propostas do agronegócio que servirão como subsídios para a reforma tributária. As discussões envolveram os segmentos de insumos, primário (produtores), indústria e distribuição. Os pontos colocados pelos participantes serão reunidos em um documento com as principais sugestões do setor produtivo para a modernização do sistema tributário.

O evento pode mostrar um diagnóstico das dificuldades e dos problemas associados à tributação. Este, aliás, era o propósito do seminário. Foram apresentadas as principais informações e, na sequência, coletadas propostas de cada representante para a aprovação de uma reforma tributária que atenda os principais requisitos das cadeias produtivas.

Mais do que uma redução da carga tributária, o agronegócio mostrou a necessidade da redução de custos administrativos e judiciais que corroem a rentabilidade dos produtores.

A insegurança jurídica é uma verdadeira armadilha para os produtores. A necessidade de discutir esse tema ficou clara. O Brasil apresentou, nos últimos dez anos, uma carga tributária elevada. Estamos na contramão dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde a tributação sobre bens e serviços é muito alta, enquanto a carga incidente sobre renda e lucros é muito baixa.

Esse fator acaba por distorcer o efeito distributivo de renda: os tributos incidentes sobre os contribuintes e os produtores rurais com rendas inferiores são mais elevados percentualmente em relação aos demais contribuintes.

Segundo um estudo realizado pela LCA Consultores, em 2014 o agronegócio arrecadou R\$ 237,5 bilhões de tributos aos cofres públicos, o

equivalente a 16% da arrecadação total. Desse total de tributos, 58% são incidentes sobre o consumo.

Dentre os diversos problemas identificados pelo estudo da CNA, os principais são:

- Elevado custo e burocracia;
- Créditos tributários acumulados;
- Grande número de normas e legislações causam distorções econômicas;
- Classificações diferenciadas que geram insegurança para os negócios;
- Excessiva litigiosidade;
- Oneração do crédito por meio do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF);
- Guerra fiscal distorce a atração de investimentos;
- Inadequação do ITR em cumprir o seu propósito extrafiscal.

Diante desses desafios, cabe a construção de uma proposta para atender as demandas do setor. É fundamental assegurarmos que a carga tributária não se eleve no curto prazo e, na sequência, que haja um melhor ambiente de negócios para propiciar a redução dos custos. A missão proposta pela CNA é imensa, mas a discussão entre os agentes do setor demonstra que o caminho trilhado é positivo para o agronegócio. ■

**SEU ORGULHO É
O QUE NOS NUTRE.**



Produtor, suas conquistas são consequência de todo seu esforço, determinação e competência no que faz. A sua história de sucesso é reflexo do seu trabalho árduo e de uma busca contínua pelos melhores resultados. Você tem orgulho do seu negócio, e nós, da Agrocerees Multimix, temos orgulho de estar ao seu lado há mais de 40 anos.

agrocerees
MULTIMIX

MUITO MAIS QUE NUTRIÇÃO

LUCRO LATENTE DO PERÍODO DAS ÁGUAS

MATHEUS MORETTI

Gestor técnico de Bovinos de Corte da Agroceres Multimix

ESTAMOS NO início da melhor época do ano para a fazenda: o período das águas. Nos próximos meses, as condições climáticas, aliadas à fertilidade do solo e ao manejo das pastagens, permitirão ofertar aos animais forragem de qualidade.

Nessa época, é fácil encontrar animais recriados só com mineral, com Ganho Médio Diário (GMD) de 600 gramas. Sem dúvida alguma, esta é uma das arrobas mais lucrativas produzidas na fazenda.

No entanto, é preciso sair da zona de conforto: existe um lucro latente a ser auferido no período das águas, mas muitos produtores não o exploram por estarem presos aos resultados do tradicional “arroz e feijão”.

Como é sabido, os animais não consomem sal mineral todos os dias. Mas, ao observar os animais em crescimento, o consumo diário e constante de minerais é um dado importante. Outro ponto é a avaliação química das folhas, com o registro da quantidade de proteína bruta suficiente para permitir o crescimento microbiano ruminal.

Nas pastagens, durante o período das águas, quando se faz uma análise mais aprofundada do perfil proteico das folhas, há duas frações com diferentes velocidades de aproveitamento pelo animal: a ligada à fibra estará indisponível, enquanto a outra, com taxa de degradação muito alta, similar à ureia, poderá ser facilmente perdida.

Sabendo disso, fica fácil entender por que a suplementação proteica, mesmo durante as águas, mostra

excelentes resultados. Seu conceito é muito mais do que nutrição, pois envolve um pacote tecnológico a ser trabalhado.

Com o fornecimento do proteinado, obtém-se o consumo regular de minerais, assim como a melhora no ambiente ruminal promovida pelo ajuste fino do perfil proteico da dieta. Tudo isso é potencializado pelo uso obrigatório do aditivo melhorador de desempenho, como, por exemplo, a monensina. Assim, a combinação de todos esses fatores tem permitido um incremento no GMD da ordem de 150 gramas.

Certamente, um bom produtor questionará sobre o custo disso tudo. Como no período das águas o ambiente é favorável à produção animal, qualquer desembolso adicional precisa ser justificado pelo GMD adicional.

Uma análise econômica e simplista seria calcular a receita obtida com o ganho adicional (150 gramas) e descontar o custo adicional (valor gasto por dia com suplemento proteico menos valor gasto por dia com sal mineral), sendo a diferença o lucro adicional.

Em diferentes fazendas, a relação benefício/custo varia de 1:3 a 1:5, ou seja, para cada real investido, o retorno pode ser maior de três a cinco vezes.

O custo da arroba adicional produzida com o proteinado no período das águas deve ser visto como uma oportunidade de negócios. Em tempo de incertezas econômicas, garantir a produção de uma arroba a mais nesse período, com baixo custo, sem dúvida, é um ótimo caminho a seguir. ■

OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NO UNIVERSO RURAL

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



APÓS REGULAR tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como passagem por sanção presidencial, a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, foi aprovada e inseriu algumas modificações na legislação trabalhista, que entrarão em vigor a partir de 13 de novembro de 2017.

A reforma na remota legislação de 1943 buscou trazer à realidade a dinâmica das atuais relações de trabalho, que surgiram com as inovações tecnológicas. Ela contempla alguns benefícios aplicados no meio urbano que foram igualmente transferidos para o meio rural, sem excluir ou mesmo diminuir direitos assegurados na Constituição Federal.

Assim, alguns direitos foram flexibilizados de forma a permitir a inserção do Brasil no competitivo mercado mundial, com a abertura de novas frentes de trabalho que contribuirão para o incremento da produtividade e a modernização no campo.

Podemos citar alguns exemplos. Um deles é que as negociações entre empregado e empregador terão prevalência sobre a legislação, mas somente sobre alguns temas, que não versem sobre direitos assegurados aos trabalhadores. Nesse sentido, por um lado, poderão ser negociados a jornada de trabalho, o banco de horas e o intervalo intrajornada, inclusive diretamente com o empregador, ou com sua entidade de representação oficial. Por outro lado, não poderão ser negociados temas relacionados a salário-maternidade, seguro-desemprego, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), salário-mínimo etc.

Outro exemplo é uma incorporação da legislação urbana ao meio rural que trata da dispensa do pagamento da hora *in itinere*. Enquanto, no meio urbano, o trabalhador só dá início à sua jornada de trabalho quando realiza o seu registro no ponto de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o trabalhador rural, antes da reforma, iniciava a sua jornada de trabalho com o ingresso no transporte que o conduzia até o local de trabalho. Em outras palavras, as horas de deslocamento do trabalhador eram arcadas pelo empregador; aliás, os custos com o próprio veículo sempre foram suportados pelo empregador rural, uma vez que as autoridades públicas não possuem itinerários de seus veículos de transporte nas estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais.

Essas são apenas duas modificações, entre outras, de que a nova legislação trabalhista trata, sendo que deverão ser revisadas por meio da edição de uma Medida Provisória (MP) de competência do chefe do poder Executivo federal.

A mudança da legislação trabalhista é vista, no meio rural, como uma necessidade diante das especificidades do campo, como alterações climáticas e outras intempéries que afetam o calendário da colheita e demandam flexibilidade dos fatores de produção.

É certo que a lei, sozinha, não irá garantir empregos. Contudo, ela não somente permitirá que as relações e o ambiente de trabalho se tornem mais atrativos e sustentáveis para todos, como também aprimorará o entendimento entre as representações patronais e laborais. As mudanças colocarão o País no rumo da retomada do crescimento econômico e do futuro sustentável das relações entre patrões e empregados. ■

CIÊNCIA REGULATÓRIA

ANDEF FOMENTA CONHECIMENTO SOBRE AVALIAÇÃO DO RISCO

ANDREIA FERRAZ

Engenheira agrônoma pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e gerente de Ciência Regulatória da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O CONGRESSO Brasileiro de Toxicologia (CBTOX) é um dos maiores e mais importantes eventos da área no Brasil, realizado pela Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOX) a cada dois anos, desde 1981.

Neste ano, a Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, foi palco para a 20ª edição do CBTOX, que ocorreu entre os dias 8 e 11 de outubro e contou com cerca de quinhentos participantes.

A Andef, por meio de um estande interativo, levou a mensagem sobre avaliação do risco (ambiental, dietético e ocupacional). Foram abordadas mensagens-chave sobre o assunto, e, com foco na avaliação do risco dietético, havia uma barraca de feira com frutas (maças, mexericas e bananas) disponíveis a todos, mostrando o rigor da avaliação do risco considerando o consumo brasileiro, exemplificando-se por meio da quantidade específica consumida anualmente pelo brasileiro, dos Limites Máximos de Resíduos (LMR), da Ingestão Diária Aceitável (IDA), entre outros. A interação com o estande foi intensa, e ele recebeu visita de todos os públicos presentes no Congresso.

Visando à constante atualização e à importância da comunicação no âmbito regulatório, a Andef promoveu conhecimento e levou informações de caráter científico para que os participantes se sentissem seguros e abastecidos sobre diversas questões aplicadas à avaliação do risco como ferramenta regulatória.

O CBTOX engloba um amplo programa em todas as áreas de Toxicologia e tem contado, a cada edição, com um número crescente de participantes nacionais e internacionais. Além disso, o encontro representa, também, uma oportunidade para

aprimorar e aumentar as redes de colaboradores e, para os jovens, de estabelecer contatos com possíveis orientadores de várias partes do mundo e apresentar e debater os resultados de suas pesquisas.

Na ocasião, toxicologistas de vários países pertencentes às áreas clínica e experimental, da indústria, de entidades governamentais e da Academia trocaram suas experiências e debateram sobre diversos temas, desde metodologia alternativa aos estudos com animais até implementação de avaliação do risco no sistema regulatório de defensivos no Brasil.

Durante os quatro dias do evento, foram realizadas 44 mesas-redondas, que trataram de diversos temas. A Andef contribuiu, também, por meio da apresentação de um artigo científico que trata da não relevância do estudo de DL50 dermal para a classificação toxicológica dos produtos. ■



DANIELA CAMARGO

DIÁRIO DE BORDO

PRÊMIO SESCOOP

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

MAIS UMA vez, como vem fazendo há cinco anos, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), ligado à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), conduziu, em 2017, em parceria com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), uma sofisticada avaliação dos sistemas de gestão e de governança das cooperativas pertencentes ao sistema, com o objetivo de reconhecer aquelas que mais se destacaram em ambos os temas, mas também visando estimular as demais a seguirem o mesmo caminho: trata-se do Prêmio Sescoop Excelência de Gestão.

O Prêmio insere-se num amplo Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC), e são três os indicadores usados:

- Primeiros passos para a excelência: aplicável às cooperativas em estágio inicial na busca de melhoria de gestão;

- Compromisso com a excelência: para as cooperativas que já começam a medir e perceber melhorias em seus resultados de gestão;
- Rumo à excelência: aplicável às cooperativas cujos sistemas de gestão estão em franca evolução e com resultados na melhoria de sua competitividade.

As cooperativas singulares registradas e regularizadas com o Sistema OCB e com o Sescoop inscrevem-se gratuitamente na disputa, que começa com dois questionários (Diagnóstico e Autoavaliação), nos quais são analisados, respectivamente, o atendimento à legislação cooperativista, à governança e à gestão praticadas por elas e os principais resultados financeiros, econômicos e sociais dos últimos três anos.

Um competente Comitê de Gestão do Prêmio, do Sescoop, realiza um rigoroso trabalho de verificação das informações prestadas pelas candidatas, estabelecendo linhas de corte com base na pontuação obtida no Diagnóstico. E as cooperativas que ficarem acima dessa linha passam para uma próxima etapa, sendo desclassificadas todas aquelas que não estiverem rigorosamente sintonizadas com estatutos, a Lei do Cooperativismo ou os padrões de gestão, de governança e de sustentabilidade exigidos.

Numa terceira etapa, o Comitê de Gestão seleciona quais as cooperativas a serem visitadas por no

mínimo dois avaliadores, que evidenciam as informações oferecidas nos questionários. As que tiverem qualquer irregularidade fiscal ou não mostrarem, na prática, o que informaram nos questionários e as que apresentarem fatos desabonadores perante a sociedade em geral são desclassificadas. E são informadas das razões da desclassificação. Os avaliadores ajustam a pontuação de cada uma com base nas evidências encontradas em documentos, depoimentos e/ou tudo o que possa comprovar as informações prestadas previamente.

Assim avança a seleção pelo Comitê de Gestão, até que sejam elencadas as cooperativas que tenham pontuação acima de um mínimo definido por ele. As poucas que cumprirem as exigências colocadas seguem para uma avaliação final por parte de uma Banca Julgadora, última etapa do complexo processo no período de seis meses.

Nem o Comitê de Gestão nem a Banca Julgadora sabem quais são as cooperativas sob análise. Os papéis para julgamento não permitem a identificação delas, de modo que a decisão final sobre as campeãs ocorre na mais absoluta isenção por parte de todos os “jurados”: só são conhecidas as condições de progresso de cada cooperativa ao longo do tempo nos temas centrais.

Eis um excelente exemplo de como se proceder à melhoria desses processos, bem na direção da “autogestão” alcançada na Constituinte de 1988. ■



PRODUZIR

PROJETO GEF MATOPIBA: “PARCERIA PARA O BOM CRESCIMENTO”

MARCELO VIEIRA

Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A SRB começou a executar o projeto MATOPIBA 2020, que faz parte do programa “Parceria para o Bom Crescimento”, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em setembro último na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em uma parceria com a Conservação Internacional (CI).

Na região conhecida como MATOPIBA, hoje a mais dinâmica fronteira agrícola do Cerrado (situada no Maranhão, no Tocantins, no Piauí e na Bahia), buscaremos desenvolver e difundir novos modelos de uma agricultura de baixo carbono, aprendendo com os melhores produtores locais. Os sistemas mais eficientes desenvolvidos na região estão entre os mais sustentáveis nesse bioma e trazem, também, o melhor retorno aos investidores. Ainda existem grandes desafios de logística, cuja solução agregaria muita competitividade à produção. Além disso, precisamos desenvolver novos modelos de financiamento, em busca de uma melhor implementação do Programa ABC e de outras opções de captação de recursos de longo prazo a custos mais adequados ao mercado internacional.

Outro grande desafio, comum a todas as regiões da nossa agropecuária, é a adequação das propriedades

ao Código Florestal, que demandará, em muitos casos, a restauração de áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs). A adequação exigirá dos produtores melhor planejamento da paisagem, o que pode levar ao desenvolvimento de um novo negócio de serviços ambientais nas áreas não apropriadas à agricultura ou à pecuária eficientes, tendo como uma das opções a compensação de RL, ainda em fase de regulamentação.

Além de desenvolvimento social da região, essa opção deve trazer melhor padrão de renda tanto às comunidades tradicionais, como aos produtores instalados em áreas com baixa produtividade agrícola, já que, em muitas áreas, a restauração e a preservação para prestação de serviços ambientais à comunidade mundial podem ser uma alternativa no longo prazo. Esta alternativa pode, também, levar a produtores familiares a oportunidade de produzir produtos de alto valor unitário, como iguarias regionais e produtos artesanais, visando ao consumidor urbano de maior poder aquisitivo nos grandes centros.

Nossa regulação ambiental é a mais exigente dentre os grandes produtores de alimentos do Planeta, com o Código Florestal, que fornece a base de nosso compromisso no Acordo do Clima, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Também temos a legislação

trabalhista no campo mais exigente. Queremos transformar a conformidade com as nossas legislações na melhor certificação de sustentabilidade da nossa produção. Não queremos desenvolver novas certificações que agregam custo ao produto na sua verificação, já que temos as exigências legais trazidas pelo Código Florestal.

Buscaremos, também, mostrar ao mercado mundial que a imagem do nosso agronegócio, demonstrando a sua conformidade com a mais avançada legislação de sustentabilidade, ainda está defasada e, portanto, precisa ser atualizada para que o nosso consumidor dê a valorização adequada à nossa produção, esta, sim, o principal incentivo à adequação às exigências legais. A correta valorização da produção de ponta das nossas fronteiras agrícolas, garantindo acesso aos mercados mais desenvolvidos, viabilizará a conformidade de todos os produtores. ■



OPINIÃO

BIOLÓGICOS NA AGRICULTURA: A VIDA COMANDANDO

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O DESAFIO de produzir mais alimentos para abastecer o constante aumento da demanda mundial, que vem acompanhado da exigência de qualidade e sustentabilidade, é uma realidade. Nesse cenário, biodefensivos e biofertilizantes – a vida controlando a vida – têm ganhado destaque por contribuírem com essa ideia complexa.

Órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP), como o Instituto Biológico (IB) e o Instituto Agrônomo (IAC), desenvolvem trabalhos como o combate do bicudo – relevante praga da cultura de cana-de-açúcar – com o uso de nematoide entomopatogênico (NEP), que pode gerar ganhos de até 20 toneladas por hectare.

É um exemplo de que, sem prescindir e demonizar os agroquímicos, temos que fortalecer os biológicos. O controle biológico é um dos pilares do Manejo Integrado de

Pragas e Doenças (MIP) na agricultura, no qual o biodefensivo pode ser combinado com químicos para diminuir o número de aplicações, para manejo de resistência de pragas a moléculas químicas ou, ainda, individualmente, para controle efetivo de praga ou patógeno.

Na SAA-SP, estamos finalizando uma norma técnica sobre composição. Será muito importante para a produção paulista e se tornará uma referência nacional. Seguindo orientação e incentivo do governador Geraldo Alckmin, instigamos o Projeto de Políticas Públicas em Bioeconomia (PPPBio), conduzido pelo Agropolo Campinas-Brasil, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e com participação determinante dos institutos de pesquisa da SAA-SP e outras entidades. Buscando ser exemplo para o País, trabalhamos em conscientização, transferência de conhecimento, capacitação, fiscalização, incentivos à pesquisa etc.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estima que esse mercado representa menos de 2% dos produtos de proteção de cultivos e projeta um aumento para 20% até 2020. A receita global é, segundo dados de 2015, US\$ 12 bilhões. No Brasil, a estimativa é de US\$ 150 milhões, perto de 1% da mundial.

Biodefensivos são regulados pela Lei Federal nº 7.802/89, que, por

sua vez, é regulamentada pelo Decreto nº 4.074/02. Apesar da edição de normas e resoluções pelo MAPA, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), há muito o que melhorar na regulação, pois a lei não foi pensada para eles. O melhor dos mundos seria construir uma lei própria para o setor, com ajuda, por exemplo, da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), entidade que conta com um comitê técnico-científico composto dos maiores especialistas da área no País.

Aprovação de biodefensivos entra na mesma fila da de agrotóxicos na Anvisa e no Ibama. O ideal seria ter balcões distintos e equipes especializadas em bio. No MAPA, há a coordenadoria de orgânicos e uma linha facilitada de acesso a registro, mas isso não significa, necessariamente, que quem analisa é especialista em biológicos, o que pode gerar distorções. É preciso corrigir a insegurança institucional na regulação.

Precisamos adotar medidas urgentes: é definitivamente a hora da bioeconomia, do controle biológico eficiente no combate a pragas, da saudabilidade dos alimentos e da população mais saudável.

É urgente que adotemos a economia baseada na vida! ■



REFLEXÃO

A PONTE AO AMANHÃ

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Construímos muros demais e pontes de menos.

Isaac Newton

QUANDO INSTALADO o governo de transição de Temer, havia uma grande esperança por mudança. Afinal, exceto os torcedores da estrela vermelha, a enorme maioria da população brasileira não mais suportava a visão do caos econômico e político. Havíamos perdido o pé dos aumentos generalizados de preços, com inflação de dois dígitos, juros estratosféricos, comércio e indústria travados ou andando para trás. O agronegócio foi exceção.

O País vivia separado por muros “nós e eles”, e não existiam pontes seguras. A travessia esbarrava nas desconfiças e no medo. A campanha anterior, da esperança vencendo o medo, transformou-se em desesperança e pânico.

O presidente montou uma equipe econômica de alto valor e iniciou a construção das pontes ou das pinguelas ao amanhã. No entanto, a operação Lava-Jato foi mostrando a fragilidade ética das ações, e o que poderia ser uma retomada mais rápida da economia transformou-se em lenta retomada, com desvios constantes de acusações, delações e armadilhas. Nunca os políticos estiveram tão mal.

Muitas medidas positivas foram tomadas pelo governo atual, revertendo a tendência terrível anterior e oxigenando a economia brasileira.

No tumulto político e policial, vieram desvios negativos como a “carne fraca”, mas alguns positivos como a ratificação pelo presidente Temer do documento oficial aprovado pelo Brasil na COP-21 (descarbonização da energia).

Desde então, a quatro mãos, o governo federal e o setor privado construíram uma proposta para o futuro energético brasileiro baseada em dois programas que se conectam: o RenovaBio, voltado ao estímulo via valorização da produção de energias renováveis como o etanol e o biodiesel, com modernas ações políticas; e o Rota 2030, com foco em motorização de veículos que atendam o objetivo da descarbonização. Do Ministério de Minas e Energia (MME), foi encaminhada à Casa Civil uma Medida Provisória (MP) para dar sequência aos Programas. E parou!

Dias atrás, em visita ao Brasil, o ex-presidente Obama reclamou do atual presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, que não valoriza o que foi ratificado pelos EUA na COP-21 e perguntou por que o Brasil não valoriza o seu programa de energias renováveis.

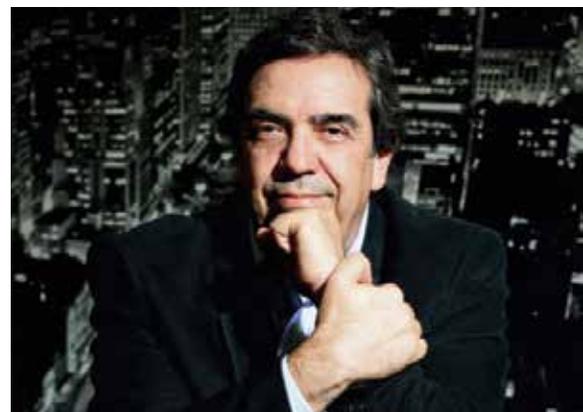
Enquanto, nos EUA, a troca de presidentes pode explicar o problema; aqui, é o mesmo presidente que luta para escapar do “processo Janot” e se esquece do que ratificou neste mesmo ano!

Dizia Shakespeare que “se você se sente só, é porque ergue muros em

vez de pontes”. Dizia Cora Coralina que “há muros que só a paciência derruba e há pontes que só o carinho constrói”. Mais recentemente, o papa Francisco disse que “apenas os que dialogam podem construir pontes e vínculos”.

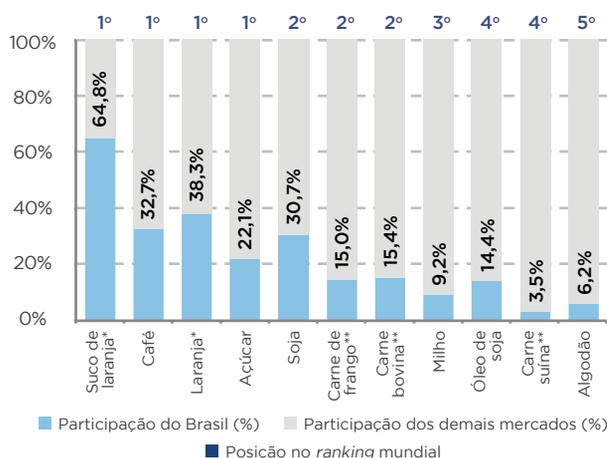
Não há tempo a perder com essa medida essencial ao retorno dos investimentos pela cadeia de cana-de-açúcar. Esta cadeia é enorme, e dela dependem muitas centenas de municípios brasileiros. O pleito é correto e moderno e nada mais é do que a busca por corrigir as distorções causadas pelos combustíveis fósseis.

O futuro reservará surpresas, e as projeções feitas agora com as limitações da crise são empecilhos à visão. No entanto, as mais radicais mostram que, lá por 2040, os motores de combustão interna serão pelo menos 50% da frota global. Será essencial termos o etanol e o biodiesel como combustíveis limpos. ■



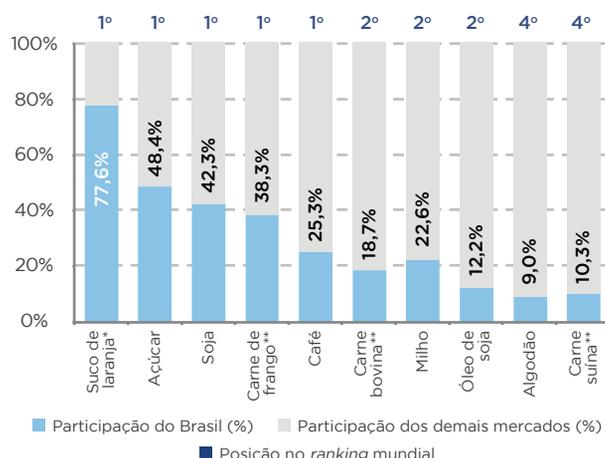
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



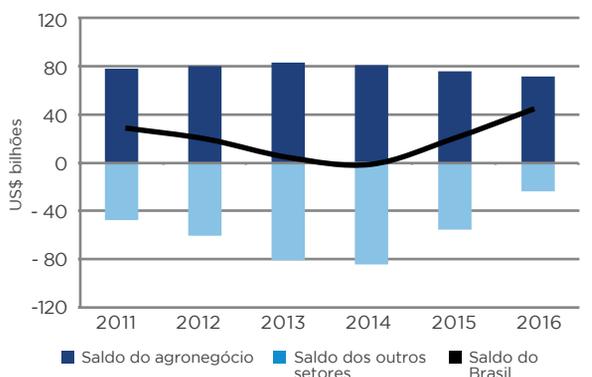
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



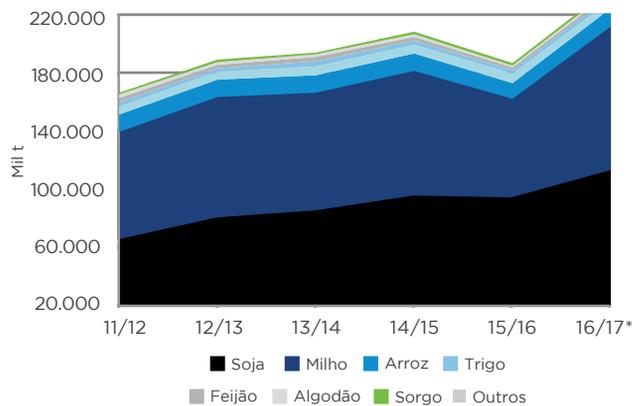
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



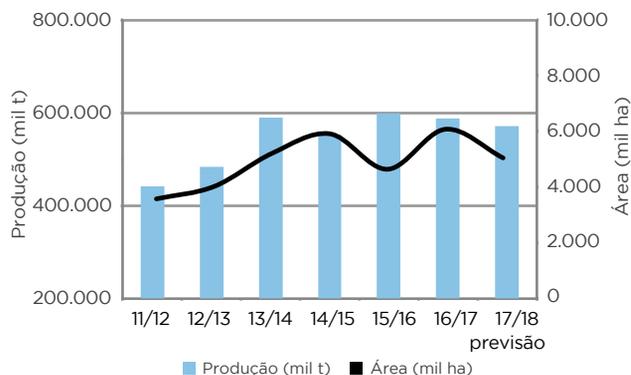
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



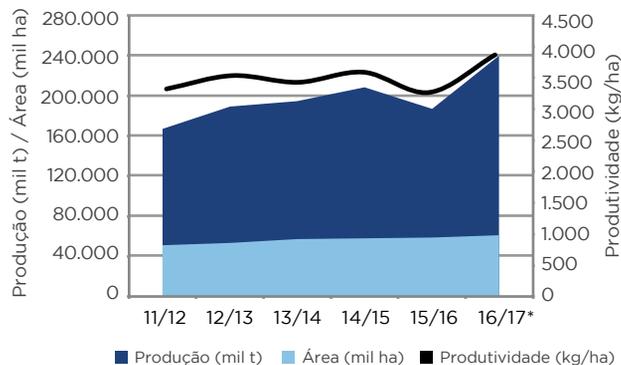
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em setembro de 2017
Fonte: Conab